



DIÁRIO

da Assembleia da República

X LEGISLATURA

2.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2006-2007)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 17 DE JANEIRO DE 2007

Presidente: Ex.^{mo} Sr. Jaime José Matos da Gama

Secretários: Ex.^{mos} Srs. Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Fernando Santos Pereira
Abel Lima Baptista

SUMÁRIO

O Sr. Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 10 minutos.

Deu-se conta da entrada na Mesa das propostas de lei n.ºs 111 e 112/X, dos projectos de lei n.ºs 337 e 338/X, dos projectos de resolução n.ºs 173 e 174/X e da interpelação n.º 9/X.

Num debate sobre assuntos europeus, foi feito o balanço da presidência finlandesa e foram analisados o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia e o programa da presidência portuguesa no 2.º Semestre de 2007, tendo também a Assembleia apreciado o projecto de resolução n.º 174/X — Sobre as prioridades da presidência portuguesa da União Europeia (PCP). Usaram da palavra, a

diverso título, além do Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros (Luís Amado), os Srs. Deputados Vitalino Canas (PS), na qualidade de Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Almeida Henriques (PSD), Luís Fazenda (BE), Nuno Magalhães (CDS-PP), Honório Novo (PCP), Paula Nobre de Deus (PS), José Eduardo Martins (PSD), Ana Maria Rocha (PS), Mário Santos David (PSD), Maria de Lurdes Ruivo e Armando França (PS), Regina Ramos Bastos (PSD), Costa Amorim (PS), Heloísa Apolónia (Os Verdes) e Jorge Tadeu Morgado (PSD).

O Sr. Presidente encerrou a sessão eram 17 horas e 30 minutos.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão.

Eram 15 horas e 10 minutos.

Srs. Deputados presentes à sessão:

Partido Socialista (PS):

Agostinho Moreira Gonçalves
Alberto Marques Antunes
Alberto de Sousa Martins
Aldemira Maria Cabanita do Nascimento Bispo Pinho
Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
Ana Maria Cardoso Duarte da Rocha Almeida Pereira
António Alves Marques Júnior
António Bento da Silva Galamba
António José Ceia da Silva
António José Martins Seguro
António Ramos Preto
Armando França Rodrigues Alves
Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
Carlos Alberto David dos Santos Lopes
Cláudia Isabel Patrício do Couto Vieira
David Martins
Deolinda Isabel da Costa Coutinho
Elísio da Costa Amorim
Esmeralda Fátima Quitério Salero Ramires
Fernanda Maria Pereira Asseiceira
Fernando Manuel de Jesus
Fernando dos Santos Cabral
Glória Maria da Silva Araújo
Horácio André Antunes
Hugo Miguel Guerreiro Nunes
Isabel Maria Batalha Vigia Polaco de Almeida
Isabel Maria Pinto Nunes Jorge
Jaime José Matos da Gama
Joana Fernanda Ferreira Lima
Joaquim Augusto Nunes Pina Moura
Joaquim Barbosa Ferreira Couto
Joaquim Ventura Leite
Jorge Filipe Teixeira Seguro Sanches
Jorge Manuel Capela Gonçalves Fão
Jorge Manuel Monteiro de Almeida
José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
José Augusto Clemente de Carvalho
José Eduardo Vera Cruz Jardim
José Manuel Lello Ribeiro de Almeida
José Manuel Pereira Ribeiro
Jovita de Fátima Romano Ladeira
João Cardona Gomes Cravinho
João Carlos Vieira Gaspar
João Cândido da Rocha Bernardo
João Miguel de Melo Santos Taborda Serrano
João Raul Henriques Sousa Moura Portugal
Júlio Francisco Miranda Calha
Leonor Coutinho Pereira dos Santos
Luiz Manuel Fagundes Duarte
Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
Luís António Pita Ameixa
Luís Miguel Morgado Laranjeiro
Luísa Maria Neves Salgueiro
Lúcio Maia Ferreira

Manuel Alegre de Melo Duarte
Manuel António Gonçalves Mota da Silva
Manuel Francisco Pizarro de Sampaio e Castro
Manuel Luís Gomes Vaz
Manuel Maria Ferreira Carrilho
Marcos Sá Rodrigues
Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos
Maria Antónia Moreno Areias de Almeida Santos
Maria Celeste Lopes da Silva Correia
Maria Cidália Bastos Faustino
Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
Maria Helena Terra de Oliveira Ferreira Dinis
Maria Helena da Silva Ferreira Rodrigues
Maria Hortense Nunes Martins
Maria Irene Marques Veloso
Maria Jesuína Carrilho Bernardo
Maria José Guerra Gamboa Campos
Maria Júlia Gomes Henriques Caré
Maria Manuela de Macedo Pinho e Melo
Maria Matilde Pessoa de Magalhães Figueiredo de Sousa Franco
Maria Odete da Conceição João
Maria Teresa Alegre de Melo Duarte Portugal
Maria Teresa Filipe de Moraes Sarmiento Diniz
Maria de Belém Roseira Martins Coelho Henriques de Pina
Maria de Fátima Oliveira Pimenta
Maria de Lurdes Ruivo
Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro
Maximiano Alberto Rodrigues Martins
Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
Nelson Madeira Baltazar
Osvaldo Alberto Rosário Sarmiento e Castro
Paula Cristina Barros Teixeira Santos
Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
Paula Cristina Nobre de Deus
Pedro Manuel Farmhouse Simões Alberto
Pedro Nuno de Oliveira Santos
Renato Luís Pereira Leal
Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
Ricardo Jorge Teixeira de Freitas
Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues
Rosalina Maria Barbosa Martins
Rui do Nascimento Rabaça Vieira
Sandra Marisa dos Santos Martins Catarino da Costa
Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
Sónia Isabel Fernandes Sanfona Cruz Mendes
Teresa Maria Neto Venda
Vasco Seixas Duarte Franco
Victor Manuel Bento Baptista
Vitalino José Ferreira Prova Canas
Vitor Manuel Sampaio Caetano Ramalho
Vitor Manuel Pinheiro Pereira

Partido Social Democrata (PSD):

Agostinho Correia Branquinho
António Alfredo Delgado da Silva Preto
António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
António Joaquim Almeida Henriques
António Ribeiro Cristóvão
Arménio dos Santos
Carlos Alberto Garcia Poço
Carlos Alberto Silva Gonçalves

Carlos António Páscoa Gonçalves
Carlos Jorge Martins Pereira
Carlos Manuel de Andrade Miranda
Fernando Mimoso Negrão
Fernando Santos Pereira
Fernando dos Santos Antunes
Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
Hugo José Teixeira Velosa
Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
Jorge Fernando Magalhães da Costa
Jorge Tadeu Correia Franco Morgado
José António Freire Antunes
José Eduardo Rego Mendes Martins
José Manuel Ferreira Nunes Ribeiro
José Manuel Pereira da Costa
José Manuel de Matos Correia
José Mendes Bota
José Pedro Correia de Aguiar Branco
José Raúl Guerreiro Mendes dos Santos
José de Almeida Cesário
João Bosco Soares Mota Amaral
Luís Filipe Alexandre Rodrigues
Luís Filipe Carloto Marques
Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
Luís Miguel Pereira de Almeida
Manuel Filipe Correia de Jesus
Maria Helena Passos Rosa Lopes da Costa
Maria Irene Martins Baptista Silva
Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
Maria do Rosário da Silva Cardoso Águas
Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
Miguel Jorge Pignatelli de Ataíde Queiroz
Miguel Jorge Reis Antunes Frasquilho
Mário Henrique de Almeida Santos David
Mário Patinha Antão
Mário da Silva Coutinho Albuquerque
Nuno Maria de Figueiredo Cabral da Câmara Pereira
Paulo Miguel da Silva Santos
Pedro Miguel de Azeredo Duarte
Pedro Miguel de Santana Lopes
Pedro Quartin Graça Simão José
Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos
Ricardo Jorge Olímpio Martins
Sérgio André da Costa Vieira
Zita Maria de Seabra Roseiro

Partido Comunista Português (PCP):

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
António Filipe Gaião Rodrigues
Artur Jorge da Silva Machado
Bernardino José Torrão Soares
José Batista Mestre Soeiro
José Honório Faria Gonçalves Novo
Maria Luísa Raimundo Mesquita
Miguel Tiago Crispim Rosado

Partido Popular (CDS-PP):

Abel Lima Baptista
António Carlos Bivar Branco de Penha Monteiro
Diogo Nuno de Gouveia Torres Feio
José Hélder do Amaral

José Paulo Ferreira Areia de Carvalho
João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
Luís Pedro Russo da Mota Soares
Nuno Miguel Miranda de Magalhães
Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia
Teresa Margarida Figueiredo de Vasconcelos Caeiro

Bloco de Esquerda (BE):

Alda Maria Gonçalves Pereira Macedo
Fernando José Mendes Rosas
Francisco Anacleto Louçã
Helena Maria Moura Pinto
João Pedro Furtado da Cunha Semedo
Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda
Maria Cecília Vicente Duarte Honório
Mariana Rosa Aiveca Ferreira

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV):

Francisco Miguel Baudoin Madeira Lopes
Heloísa Augusta Baião de Brito Apolónia

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, a Sr.^a Secretária vai proceder à leitura do expediente.

A Sr.^a **Secretária** (Celeste Correia): — Sr. Presidente e Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas: propostas de lei n.º 111/X — Aprova um regime especial de constituição imediata de associações e actualiza o regime geral de constituição previsto no Código Civil, que baixou à 1.ª Comissão, e 112/X — Autoriza o Governo a aprovar o regime de utilização dos recursos hídricos, que baixou à 7.ª Comissão; projectos de lei n.º 337/X — Transmissão dos direitos de antena no serviço público de televisão (PSD), que baixou à 1.ª Comissão, e 338/X — Altera a Lei da Televisão (Lei n.º 32/2003, de 22 de Agosto) (BE), que baixou à 1.ª Comissão; projectos de resolução n.º 173/X — Pelo conhecimento e valorização da luta antifascista em Portugal (PCP) e 174/X — Sobre as prioridades da presidência portuguesa da União Europeia (PCP); e interpelação n.º 9/X — Sobre políticas de saúde (PCP).

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, o debate de hoje é sobre assuntos europeus, em que será feito um balanço da presidência finlandesa e analisados o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia e o programa da presidência portuguesa no 2.º semestre de 2007.

Também está em apreciação o projecto de resolução n.º 174/X — Sobre as prioridades da presidência portuguesa da União Europeia (PCP).

Para dar início ao debate e sintetizar a discussão que tem sido feita na Comissão de Assuntos Europeus sobre todas estas temáticas e o envolvimento da Assembleia da República na presidência portuguesa da União Europeia, tem a palavra o Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, Deputado Vitalino Canas.

O Sr. **Vitalino Canas** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A seguir aos referendos sobre a ratificação do tratado constitucional em França e na Holanda, as palavras que mais facilmente ocorriam para caracterizar a situação na Europa eram crise, letargia, hesitação, divórcio.

Esse período prolongou-se por algum tempo, mas essa fase estará, porventura, em vias de ser encerrada.

É certo que ainda há alguns factores de indefinição que influenciam directamente as perspectivas da Europa, como é o caso das eleições presidenciais francesas e da evolução da situação interna britânica. Todavia, a Europa move-se.

Dois novos Estados, a Bulgária e a Roménia, juntaram-se à União Europeia, que assim alarga as suas fronteiras ao Mar Negro; a Eslovénia entrou na Zona Euro; ainda este ano, o espaço Schengen será alargado a outros Estados-membros, com contribuição importante de Portugal, que será certamente bem assinalada no final da presidência portuguesa.

No campo da afirmação internacional, a assumpção de responsabilidades e de um papel de relevo no Líbano e o início da presidência alemã podem significar um maior envolvimento e relevo da União Europeia na cena internacional.

Os esforços da Chanceler Ângela Merkel, e do governo alemão de coligação, de assumir um novo protagonismo nas relações transatlânticas e de colocar a Alemanha e a União Europeia num novo patamar de diálogo com os EUA são certamente uma boa notícia. A presidência alemã pode assumir-se como um factor de concretização da ideia de que a União Europeia, sustentada por um euro forte, por economias nacio-

nais em recuperação e por um mercado único gigantesco, é também um *major player* no plano político internacional.

Ao mesmo tempo, festejaremos o cinquentenário do Tratado de Roma. Em Março, em Berlim e em toda a Europa, a União Europeia celebra um dos mais duradouros tratados europeus e um período de paz e de prosperidade que os cidadãos europeus, independentemente dos incidentes da História e de dúvidas ocasionais, valorizam.

É certo que há também algumas sombras ou dificuldades.

O *dossier* do alargamento, particularmente no que respeita à Turquia, revela contradições e hesitações, que não devem obscurecer o interesse da União Europeia em receber a Turquia no clube europeu. Os critérios de Copenhaga devem ser estritamente cumpridos e a União Europeia só pode assumir uma postura de rigor e de exigência nesse campo. Mas a União Europeia não deve criar dificuldades suplementares ou adicionais, devendo antes consolidar a sua opção no sentido de sinalizar que a adesão da Turquia é também por nós desejada.

Por outro lado, a relação com a Rússia complexiza-se e requer esforço diplomático acrescido. O recente princípio de crise energética mostrou mais uma vez que a relação com a Rússia é vital para a Europa e exige capacidade negocial bem sustentada numa forte União Europeia. E não podemos esquecer o problema do Kosovo ou o programa nuclear iraniano.

Este panorama não se alterará substancialmente até ao segundo semestre de 2007, momento em que Portugal assume a presidência da União Europeia, panorama tanto mais exigente quanto se sabe que, para além das nossas próprias prioridades específicas, como a da relação euro-africana, haverá uma previsível aceleração de muitos outros *dossiers* no decurso da presidência alemã.

A reanimação do processo de discussão e aprovação do tratado constitucional é o mais saliente. Em Junho de 2007, no Conselho Europeu, a presidência alemã apresentará um relatório e proporá um *road map*.

Antecipando a provável dinamização do debate europeu, a Assembleia da República, através da Comissão de Assuntos Europeus, promoverá um ciclo de conferências internacionais, com personalidades europeias, com vista a preparar-se para esse debate, onde terá, necessariamente, uma palavra a dizer. Aliás, a Assembleia da República confirmou já, no final da anterior sessão legislativa, a sua vontade de assumir novas responsabilidades no processo europeu. Com a aprovação da Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto, esta Câmara desenhou novos mecanismos de acompanhamento dos assuntos europeus.

No que toca às matérias da sua competência reservada, que até então poderiam ser objecto de decisões legislativas de instituições europeias sem qualquer intervenção da Assembleia da República, estabeleceu-se um procedimento de parecer obrigatório.

A fiscalização da observância do princípio da subsidiariedade foi, alguns anos depois da sua inclusão no Tratado de Amesterdão, adequadamente regulamentada.

Os instrumentos de obtenção de informação foram reforçados, merecendo realce o acréscimo de situações em que o Governo terá de comparecer nesta Assembleia para antecipar as suas posições ou prestar contas sobre as suas opções.

Por outro lado, a nomeação de titulares de órgãos europeus não sujeitos a concurso público será acompanhada por esta Casa através de audições parlamentares.

Tudo isto representa acréscimo de poderes, mas também acréscimo de responsabilidades. Compreendemos bem que nesta encruzilhada em que se encontra a União Europeia o aprofundamento da integração europeia exige um grande esforço de aproximação entre os cidadãos e o espírito europeu. O divórcio entre «a Europa dos cidadãos» e «a Europa dos Estados e das instituições europeias» tem de ser superado. E quanto a isso temos um papel incontornável que não desejamos alienar.

O presente debate, onde discutiremos os resultados da presidência finlandesa, o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia e o programa da presidência portuguesa, corresponde já a um novo formato no relacionamento entre o Governo e a Assembleia da República.

Este debate culmina alguns meses de trabalho da Comissão de Assuntos Europeus e das outras comissões de apreciação do programa legislativo e de trabalho da Comissão e de definição dos nossos próprios programa e prioridades. Depois dele, ficam marcados e novos e mais frequentes encontros de todos nós com os temas europeus.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros** (Luís Amado): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este é o primeiro debate realizado nesta Assembleia, ao abrigo da Lei que estabelece as novas regras de acompanhamento, apreciação e pronuncia pela Assembleia da República no âmbito do processo de construção da União Europeia, aprovada nesta Câmara em Agosto passado.

O debate de hoje deverá contribuir certamente para um maior esclarecimento da opinião pública e para

uma reflexão mais aprofundada sobre os grandes temas da actualidade europeia. Na verdade, o debate das questões europeias é um elemento determinante para a aproximação dos cidadãos ao projecto europeu.

É naturalmente intenção do Governo, em colaboração com a Assembleia da República, como foi possível observar das palavras do Sr. Presidente da Comissão de Assuntos Europeus, continuar a promover um debate abrangente sobre a temática europeia no nosso país, centrado nesta Câmara.

Segundo as regras estabelecidas para esta sessão, pronunciar-me-ei concisamente sobre três temas: o balanço da presidência finlandesa, o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia e o programa da presidência portuguesa.

Pedem-me que elabore um balanço dos últimos seis meses da presidência finlandesa, cujo trabalho e empenho não posso, à partida, deixar de felicitar. Na verdade, todas as presidências se destacam num ou noutro domínio, e a presidência finlandesa não foge à regra, sendo de mencionar os seguintes pontos em particular.

No domínio do alargamento, registaria a adopção de um «consenso renovado», com base nos critérios de Copenhaga, colocando-se maior ênfase na verificação da condicionalidade e, sobretudo, nas condições necessárias, pelo lado da União, para assegurar o êxito de futuras adesões.

O Governo português revê-se neste «consenso renovado» e considera de especial importância que se tenham reiterado os compromissos assumidos para com os candidatos e potenciais candidatos. As opções estratégicas europeias não poderiam estar constantemente em discussão, do nosso ponto de vista.

Quanto à Turquia, o Conselho adoptou um compromisso onde sobressai a decisão de «congelar» a abertura de 8 capítulos negociais (de um total de 35), não podendo qualquer capítulo ser provisoriamente encerrado até a Comissão verificar que a Turquia cumpre as obrigações decorrentes do Protocolo de Ankará. Portugal defendeu que a União Europeia deveria manter uma atitude firme, mas leal e construtiva, e subscreveu o acordo alcançado, considerando que é um compromisso global equilibrado.

Ainda no contexto do alargamento, gostaria também de mencionar que o Governo português decidiu aplicar a derrogação à livre circulação de trabalhadores da Bulgária e da Roménia prevista no respectivo Tratado de Adesão.

Quanto ao complexo debate sobre o tratado constitucional, a presidência finlandesa organizou reuniões bilaterais com os Estados-membros, os chamados «confessionários», cujos resultados expôs oralmente ao Conselho Europeu de Dezembro.

Este *dossier* continua, pois, em aberto e o Governo continuará a acompanhar de muito perto os esforços da presidência alemã.

No domínio das relações da União Europeia com a Rússia, a presidência finlandesa desenvolveu esforços importantes, mas deparou-se com dificuldades.

As relações com a Rússia regem-se por um Acordo de Parceria e Cooperação, que está em vigor desde 1 de Dezembro de 1997, por um período inicial de 10 anos. Havia a expectativa de que fosse possível lançar as negociações do novo acordo pós-2007, na Cimeira UE/Rússia de Helsínquia. A União Europeia tem estado a discutir internamente o mandato de negociação para o acordo. Como é sabido, não foi possível à União Europeia aprovar, antes da Cimeira, o mandato negocial para o novo acordo, apesar de todas as diligências efectuadas pela presidência e pela Comissão, ao mais alto nível.

Por seu lado, o Governo português considera que o desenvolvimento das relações com a Rússia continua a ser uma das prioridades da União Europeia, atendendo ao seu significado estratégico, o que é devidamente reflectido pelo Programa do Trio de presidências.

Um domínio em que a presidência anterior deu um impulso importante foi, sem dúvida, o da transparência. Conforme o acordado no Conselho Europeu de Junho de 2006, coube à presidência finlandesa a implementação de medidas tendentes a uma maior abertura e transparência nos trabalhos e actos legislativos do Conselho, bem como à divulgação das deliberações públicas.

Recordo ainda sucintamente alguns *dossiers* em relação aos quais se verificaram importantes avanços durante a presidência finlandesa.

O Sr. **José Junqueiro** (PS): — Muito bem!

O **Orador**: — A Directiva Serviços, embora menos ambiciosa do que a proposta inicial, continua a promover a livre prestação de serviços e consagra os principais objectivos nacionais.

A Finlândia promoveu ainda um assunto a que Portugal dará a maior prioridade durante a sua presidência, ou seja, o assunto da melhor regulamentação (*better regulation*).

O mesmo se passa em relação à energia, que constitui, como é sabido, um dos temas relevantes da presidência finlandesa, tendo sido o principal ponto do debate do Conselho Europeu informal de Lahti de Outubro de 2006. Esta Cimeira apelou para a necessidade de se garantir a coerência entre as vertentes interna e externa de uma política de energia e entre a política de energia e as outras políticas, devendo a União Europeia falar a uma só voz na cena internacional sobre esta matéria. As relações com a Rússia foram especialmente visadas, tendo em conta a importância deste país para o abastecimento da União Europeia. A eficiência energética foi uma das matérias que mereceu especial atenção.

O Conselho Europeu de Dezembro deu ainda aval às principais mensagens de Lahti e apontou as coordenadas para uma política energética «sustentável, competitiva e segura», que estão, certamente, no centro da agenda das presidências alemã e portuguesa.

Relativamente às questões migratórias, reconhecemos que tiveram um forte impulso político durante a presidência finlandesa e a atestá-lo estão as inúmeras iniciativas que proliferaram nesta matéria, devendo destacar-se, nomeadamente, a Conferência Ministerial Euro-Africana sobre Migrações e Desenvolvimento de Rabat, o diálogo de alto nível das Nações Unidas sobre migrações, a reunião ministerial de Madrid e a Conferência Ministerial União Europeia/África sobre Migrações e Desenvolvimento de Trípoli.

Um segundo aspecto é o alargamento do Espaço Schengen. O Conselho já aprovou uma proposta portuguesa, na qual o Ministério da Administração Interna de Portugal se envolveu particularmente, que permitiu desbloquear o impasse decorrente dos atrasos registados no processo da nova geração do Sistema de Informação Schengen e viabilizar o respeito da data inicialmente prevista para a abolição dos controlos nas fronteiras em finais de 2007.

Relativamente ao programa legislativo e de trabalho da Comissão, a Comissão adoptou, como é sabido, no dia 24 de Outubro do ano passado, o seu programa legislativo de trabalho para 2007 e definiu expressamente as suas prioridades. O Sr. Secretário de Estado teve oportunidade, a semana passada, em Comissão, de dar conta do que são as orientações do Governo português sobre esta matéria. Assim, sublinharia apenas que há uma grande convergência entre o programa da Comissão e o que é hoje o programa do «trio de presidências», que entrou em vigor em 1 de Janeiro de 2007.

Sobre este programa, o programa para 18 meses das actividades do Conselho, gostaria de dizer que constituiu um dos pontos principais da preparação da presidência portuguesa nos últimos meses e foi apresentado hoje mesmo, como é de conhecimento público, pelo «trio de presidências», que o preparou para o Parlamento Europeu. O programa reflecte as prioridades e principais acções a desenvolver no âmbito da União no decurso das presidências alemã, portuguesa e eslovena. Tratou-se de um exercício inovador, tendo sido excelente o nível de colaboração desenvolvida entre os membros deste trio. Este é, de facto, um bom exemplo do muito que os Estados-membros da União Europeia podem fazer em conjunto.

Importa reconhecer a situação de relativa fragilidade em que o projecto europeu se encontra depois do impasse político provocado pela rejeição do tratado constitucional em França e na Holanda, apesar do bom momento, reconhecido por todos, que a economia europeia atravessa, do vigor da sua moeda única e da realização de novo alargamento à Bulgária e à Roménia, Estados-membros de pleno direito desde 1 de Janeiro de 2007.

O ano 2007, com as presidências alemã e portuguesa, pode neste contexto ser um ano decisivo para dar um novo impulso de que o projecto europeu necessita para sair da encruzilhada em que se encontra. Ora, do nosso ponto de vista, isto pressupõe responder a quatro questões essenciais a que não podemos ser indiferentes e que o programa de alguma forma reflecte.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador: — Desde logo, a questão política, tendo por fundo a questão do poder no seio da União Europeia, a questão institucional, naturalmente associada também à questão das fronteiras externas e dos seus limites e dos processos de alargamento em perspectiva. Está em causa o delicado equilíbrio logrado pelo tratado constitucional em temas como a reforma institucional, a composição da Comissão, a ponderação de votos, a extensão da maioria qualificada.

O programa é um contributo para fazer progredir o nosso projecto político comum. É preciso que a União funcione bem, o que justifica a atenção que daremos ao tema do tratado constitucional e à superação do impasse em que nos encontramos. Contudo, é um exercício que requer uma gestão política realista porque apenas será encontrada uma solução quando todos, e todos sem excepção, conseguirmos chegar a um acordo. A presidência portuguesa terá, como é sabido, de trabalhar com base num relatório a apresentar pela presidência alemã no Conselho Europeu de Junho.

A segunda questão prende-se com o desenvolvimento da economia europeia e das condições que nos permitem competir na economia global, numa Europa na vanguarda dos processos de inovação científica e tecnológica como foi estabelecido pela Estratégia de Lisboa. O programa do «trio das presidências» está orientado para o crescimento e o emprego, inspirado pela Estratégia de Lisboa, procurando-se igualmente completar o mercado interno. Melhorar a competitividade e a capacidade de inovação das nossas empresas, em particular daquelas de pequena e média dimensões, também é decisivo, como o é a promoção de políticas económicas e financeiras orientadas para o crescimento e para a estabilidade. Vamos igualmente trabalhar tão intensamente quanto os nossos parceiros o desejarem no *dossier* energia e na ligação entre este e as questões ambientais.

Lidar seriamente com o ambiente é outro dos objectivos deste programa. A incorporação no mercado de decisões sobre biodiversidade, bem como a gestão das situações de escassez de água e seca são assuntos que merecerão a nossa particular atenção.

Desejamos construir uma agenda para as pessoas, para os nossos cidadãos. Eles são os destinatários das nossas acções. Para tanto, temos de fortalecer o modelo social europeu como uma parte integrante da

Estratégia de Lisboa.

A terceira questão é a da liberdade e da segurança no espaço europeu, que subitamente se alargou, num tempo de transição para uma nova ordem mundial marcada por ameaças à paz e à estabilidade, como o terrorismo, a criminalidade organizada transfronteiriça, a imigração ilegal e o tráfico de seres humanos. Desejamos, por isso, fortalecer a nossa área de liberdade, segurança e justiça. Há que fazer frente a velhos e novos desafios. Devemos prosseguir uma abordagem integrada da questão das migrações, tendo bem presente neste contexto as alterações demográficas no espaço europeu.

Neste contexto, deveremos também levar a bom porto o trabalho de abolição dos controlos internos de fronteiras, congratulando-nos, como já sublinhei, com o progresso já alcançado no último Conselho de Ministros da Justiça e Assuntos Internos.

A quarta, por último, é a questão estratégica, a questão do lugar a que a Europa deve aspirar no mundo contemporâneo. A paz, a estabilidade e o desenvolvimento constituem o objectivo primeiro do projecto europeu que importa consolidar, assegurando os meios e os mecanismos que permitam a projecção da Europa enquanto actor privilegiado no plano global. No plano estratégico, procuraremos, assim, dar um contributo para a definição de uma nova agenda externa para a Europa, com novos objectivos e prioridades, que lhe permita assumir-se como factor de equilíbrio e estabilidade no sistema internacional. Este é um desejo dos povos europeus, mas também de outros povos que anseiam por uma Europa politicamente mais forte e capaz de fazer frente a uma situação de grande complexidade e gravidade como a que vivemos desde os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001.

Neste contexto, temos de trazer África de volta para a nossa agenda, sendo que a última cimeira entre a União Europeia e África teve lugar há cerca de seis anos. Devemos também intensificar o diálogo político com o Brasil e o México e com parceiros estratégicos como a Rússia, a China e a Índia, sem omitirmos a centralidade das relações transatlânticas.

Deveremos manter o papel de liderança da União nas negociações comerciais multilaterais, não descuidando a prossecução dos interesses bilaterais próprios da União Europeia com várias áreas do globo, designadamente, o MERCOSUL, a ASEAN, o Conselho de Cooperação do Golfo e as comunidades andina e centro-americana. É vital ainda fortalecermos as relações com os nossos vizinhos a Sul e a Leste.

Portugal dedicará, como tenho tido oportunidade de sublinhar, uma atenção muito particular ao Mediterrâneo, tanto em termos políticos como económicos. A União Europeia necessita de redefinir com urgência a sua estratégia para o Mediterrâneo, região por onde passa a fronteira entre a paz e a guerra nos próximos anos. O envolvimento activo da União Europeia no processo de paz do Médio Oriente e a reorientação do processo euro-mediterrânico nos domínios económico e comercial são elementos determinantes.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Terminando notando que a presidência não é um objectivo em si, é também uma oportunidade. Oportunidade de afirmação das nossas ideias sobre o futuro do projecto europeu, oportunidade de valorização internacional do País, dadas a visibilidade e a influência que teremos durante esse exercício, e oportunidade, finalmente, para promover os nossos interesses económicos e culturais, reforçando sempre a imagem e o prestígio de Portugal no mundo.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Há oito pedidos de esclarecimento até ao momento, tendo o Governo indicado que responderá a grupos de quatro.

Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Almeida Henriques.

O Sr. **Almeida Henriques** (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, antes de mais, permita-me que me congratule com o seu rápido restabelecimento e com a sua presença no primeiro debate com este novo figurino, que, esperamos, venha a ser útil no sentido de centrar a discussão das questões europeias, trazendo a esta os portugueses.

A primeira intervenção do Grupo Parlamentar do PSD vai, neste sentido, centrar-se numa questão que afecta directamente os portugueses e que faz com que eles reflectam com preocupação. Refiro-me ao facto de o Governo se preparar para iniciar a presidência da União Europeia dando uma imagem de ineficácia ao País e à Europa, isto é, atrasando o início do QREN (Quadro de Referência Estratégico Nacional). Com a sua acção, o Governo, neste momento, em vez de dar uma imagem de eficácia a uma Europa que precisa de respostas, dá uma imagem de oportunidade perdida, adiando o início desse Quadro de Referência.

Mesmo com uma sessão como a que levou ontem a cabo, em que faz de conta que faz, a verdade é que o Executivo está a adiar o QREN por um ano, porque só daqui a um ano é que, objectivamente, teremos dinheiro para o desenvolvimento do País.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — E isto numa fase crucial, numa fase em que Portugal precisa de se desenvolver, precisa de fazer crescer a sua economia e precisa de mudar o paradigma do seu desenvolvimento. Esta é, portanto, uma oportunidade perdida e este é um Governo que não consegue cumprir os prazos a que se propôs,

adiando mais uma vez o início de um instrumento fundamental para o desenvolvimento do País.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Mas se isto é verdade, há, porém, um problema mais grave que se coloca. O que se passa é que o Governo delapida o Fundo de Coesão, aplicando grande parte dos seus fundos em obras faraónicas como a Ota e o TGV, desviando para estas o que devia ser dinheiro aplicado sobretudo na coesão territorial. É caso para dizer que o País vai ficar a ver passar os comboios e os aviões, à espera das verbas que deviam servir para promover a coesão e não para obras como as que referi, que, em termos económicos, nada acrescentam ao País e que não são indutoras do crescimento económico.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Bem lembrado!

O **Orador**: — Sendo tudo isto grave, mais grave é, contudo, o modelo de governação que o Executivo nos apresenta para este QREN. Em 20 anos de integração europeia, não há história de um modelo tão centralista e tão governamentalizado como este que nos é apresentado. O poder é centralizado nos ministérios, o modelo é complexo, as estruturas são duplicadas e há, desde logo, o risco de atrasos nas aprovações. Há, portanto, um claro retrocesso em relação à história dos quadros comunitários de apoios. As autarquias, o sistema científico e tecnológico e as próprias associações empresariais, entidades que eram chamadas a participar na decisão, são completamente arredadas e passam a estar meramente nas estruturas de aconselhamento. É caso para dizer que nunca tivemos em Portugal um Governo tão profundamente centralista e que olhe para as questões do desenvolvimento regional numa perspectiva e lógica tão marcadamente «do Terreiro do Paço».

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — São «Condes de Abranhos»!

O **Orador**: — É caso para pensar que o que este Governo quer é centralizar a gestão no sentido de poder fazer a gestão dos fundos estruturais e, mais grave ainda, de ajustar a gestão destes fundos aos ciclos eleitorais. É isto que se está a passar, designadamente quando o Governo «arrasta» para 2008 o início da aplicação dos fundos comunitários, o que faz claramente numa perspectiva de instrumentalização que não podemos deixar de denunciar, pedindo ao Sr. Ministro que a comente.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, uma das frases fortes do seu discurso foi a que disse que a presidência portuguesa é também «uma oportunidade de afirmação das nossas ideias».

Devo referir que, em relação à matéria económica e financeira, estamos perante o puro «continuismo» sem qualquer iniciativa. Não há qualquer proposta de alteração em relação à política monetária e à vigilância orçamental dos Estados-membros. Tudo se mantém na candura do Pacto de Estabilidade e Crescimento.

Mas queria, sobretudo, abordar dois pontos, um dos quais relativo ao impasse na reforma dos tratados da União Europeia. A este respeito, não nos parece que o Governo tenha um plano para a gestão política realista. Porquê? Porque depende de um relatório da presidência alemã. No entanto, o Governo tem, à partida, uma afirmação: tem a ideia e o desejo de conseguir concretizar a ratificação por todos os Estados-membros do actual tratado constitucional. Há, portanto, uma opção não assumida dentro de um espaço aberto. Percebemos que terminou a pausa para reflexão, essa hibernação institucional, mas há agora uma tomada de opção que passa pela insistência no tratado constitucional europeu rejeitado em referendo por dois Estados-membros. Portugal aparece aqui sem plano algum, à espera de um relatório da presidência alemã e adoptando uma posição que é, afinal de contas, dependente de uma posição de terceiros — neste caso, de um país que, bem, ainda não ratificou ainda o tratado constitucional.

Que ideias são essas que vamos afirmar acerca da gestão política realista do impasse institucional sobre a reforma dos tratados europeus? Não as temos e não estamos a debatê-las. O que há é uma posição de passividade e de espera daquilo que a presidência alemã vier a ditar, sem qualquer posição própria de Portugal ou do Governo português, que aqui se limita à prudência do silêncio e não a uma gestão política realista.

A Sr.^a **Helena Pinto** (BE): — Muito bem!

O **Orador**: — Sr. Ministro, há, para nós, um outro ponto fundamental, que é o relativo às políticas

sociais. O programa do «trio das presidências», assumido também por Portugal, tem como prioridade do emprego, da política social e da legislação do trabalho, a adopção do modelo da flexissegurança, um modelo de máxima flexibilidade quanto aos despedimentos e de eventual protecção por parte da garantia social do Estado. Ora, este é um debate que não tivemos nem temos em Portugal. Este Governo tem uma comissão a preparar a reforma da legislação laboral e, ainda antes de haver alguma «luz verde» desta comissão, já assumiu, na política europeia, um conjunto de conceitos que nem sequer estão debatidos em Portugal. E mais — pasme-se! —: existe um pequeno pormenor, é que o modelo de flexissegurança é inconstitucional em Portugal, porque bule claramente com o despedimento sem justa causa, que é uma garantia constitucional.

No entanto, o Governo nem teve qualquer pejo em assumir essa prioridade para debate na política europeia, assumindo, inclusivamente, ao que parece, esse mesmo compromisso para uma cimeira social extraordinária, a realizar em Outubro, que terá esse assunto como tema-chave, assumindo-o também na prioridade n.º 67 do programa do «trio das presidências», da directiva do tempo de trabalho. Ou seja: a somar à liberalização dos despedimentos, temos a liberalização dos horários de trabalho.

Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, em que é que afirmamos as nossas ideias? Um membro do Governo está a promover a revisão do Código do Trabalho e outro está a introduzir os conceitos, por antecipação, porque nem sequer foram debatidos nesta Assembleia, com os parceiros sociais ou onde quer que seja!...

Em todo o caso e do ponto de vista político, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, há aqui um sinal claríssimo: Portugal decidiu dar a mão ao relatório da Alemanha do ponto de vista do impasse institucional e da reforma dos tratados e participar na onda liberal europeia da desregulação do mercado. Não decidiu outra coisa! Não decidiu quaisquer políticas sociais. Aliás — e isso foi notório no seu discurso —, não teve uma palavra sobre política social. Falou vagamente do modelo social, mas o programa é bem concreto em relação ao conjunto de objectivos que se visam, que são nada menos nada mais do que uma contra-revolução nos direitos do trabalho e no mercado de trabalho.

É sobre isto que gostaríamos de ouvir o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, porque isto é a agenda escondida da presidência portuguesa. É, afinal, onde há algumas novas ideias, porque as outras ou não são novas ou são dos outros.

Aplausos de BE.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, congratulo-me também pelo facto de V. Ex.^a estar totalmente restabelecido e poder estar presente neste importante debate.

Neste pedido de esclarecimento, mais do que centrar-me no discurso de V. Ex.^a sobre o balanço do passado — e bem! —, gostava de centrar-me no futuro. E o futuro para nós passa muito enfaticamente pela presidência da União Europeia que Portugal irá assumir durante o 2.º semestre deste ano...

O Sr. **João Rebelo** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... e por aquilo que para nós deve ser a prioridade política que pode dar a várias políticas, das quais gostaria de, nesta fase, destacar duas: a primeira, a política europeia do mar e, a segunda, a criação de uma real e efectiva política comum de imigração.

Quanto à primeira, obviamente que o Sr. Ministro não desconhece a especial vocação atlantista que Portugal, hoje como outrora, pode e deve ter, que constitui uma oportunidade única para o nosso país e para o seu desenvolvimento.

E, até do ponto de vista da União Europeia, isso acontece, porque mais de dois terços das fronteiras da União são orla marítima (o dobro da fronteira russa ou três vezes mais do que a dos Estados Unidos);...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... porque metade dos europeus vivem a menos de 50 km do mar: porque 3% a 5% do PIB europeu é gerado precisamente por indústrias e serviços no âmbito do sector marítimo; ou até porque 90% do comércio externo da União Europeia e 40% do comércio interno é realizado por via marítima.

Por isso, é para nós fundamental a criação de uma política eficaz, do ponto de vista europeu, sobre o mar:...

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — ... na ciência, na investigação, nas pescas, no turismo — por exemplo, que é uma área fundamental para o nosso país —, nas modificações climáticas, nas novas formas de energia renováveis ou

até no próprio transporte.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — São matérias relevantes a que gostaríamos que a presidência portuguesa desse a atenção que julgamos que elas merecem.

V. Ex.^a não desconhece, certamente, que a Comissão Europeia se encontra a discutir publicamente o «livro verde» sobre este tema até ao fim deste 1.º semestre e que, no início do 2.º semestre, ou seja, no início da presidência portuguesa, irá propor novas medidas quer ao Parlamento Europeu quer ao Conselho.

Portanto, a minha pergunta é a de saber quais são já as medidas que o Governo português está a tomar quanto a esta política europeia do mar e se esta será ou não uma prioridade para o Governo no âmbito da nossa presidência da União Europeia.

A segunda pergunta, Sr. Ministro, tem a ver com a imigração que, como sabe, é uma matéria prioritária nacional e europeia para o CDS-PP. Sabemos que hoje vivem legalmente na União Europeia cerca de 25 milhões de imigrantes, 54% dos quais mulheres, e sabemos também que a Cimeira União Europeia/África constitui para nós uma oportunidade que poderá e deverá servir para, mais do que discutir, trazer resultados práticos no combate ao tráfico de seres humanos, que hoje constitui um negócio tão lucrativo quanto brutal. Por isso, para nós é importante que Portugal defenda uma política rigorosa e integradora nesta matéria, e nós estamos disponíveis para apresentar propostas.

Mas também não esquecemos o alargamento que irá ocorrer das fronteiras e do Espaço Schengen. Portanto, julgamos que a questão dos fluxos migratórios não só ao nível do mediterrâneo mas também ao nível das fronteiras de Leste da Europa deverá merecer um alargamento da discussão. Gostaríamos, por isso, que esta matéria também pudesse ser enquadrada numa futura cimeira União Europeia/Rússia.

O Sr. **Pedro Mota Soares** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — Mais: não nos esquecemos da trágica decisão política que recentemente um Estado-membro da União Europeia, nomeadamente o Governo espanhol, através do PSOE, tomou de realizar um processo de regularização extraordinária, inicialmente previsto para 200 000 imigrantes ilegais, mas que, passados uns meses, já ia em 400 000 e hoje todos assistimos à tragédia, resultante do «efeito chamada», que é existirem 1,2 milhões de imigrantes ilegais em Espanha.

Talvez por isso ou certamente por isso e pela pressão que os restantes Estados-membros exerceram sobre o Governo espanhol, este veio agora propor que todos os Estados-membros incluam uma cláusula que proíba a realização unilateral de um processo de regularização extraordinária.

Gostaria de saber, Sr. Ministro, qual é a posição do Estado português sobre esta matéria: apoia ou não o Governo espanhol, do Partido Socialista Operário Espanhol, em relação a esta proposta?

E, já agora, Sr. Ministro, ainda em matéria de imigração, gostava de perguntar-lhe também se está ou não na agenda do Governo, como prioridade para a nossa presidência, o alargamento de uma agência marítima que vai ser instalada para uma polícia comum terrestre, com a utilização de brigadas terrestres de fiscalização das fronteiras, que, entretanto, estava a ser preparada nos anteriores conselhos.

Sr. Ministro, para terminar, quero dizer-lhe que para nós a política do mar e a criação de uma efectiva política harmonizada europeia são essenciais e devem constituir prioridades do Governo português. Oxalá, assim seja!

Aplausos do CDS-PP

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, há uns dias recebi um convite para assistir a uma conferência promovida por um Tenente-General Jean-Paul Perruche, Director-Geral do Estado-Maior Militar da União Europeia. Repito: Director-Geral do Estado-Maior Militar da União Europeia!!

Ora, suspeito que aqui, nesta Casa, muito poucas serão as pessoas, incluindo os jornalistas e o público, que saberão que já existe um Estado-Maior Militar da União Europeia. E quase apostava consigo, Sr. Ministro — se calhar, ganhava se apostasse em sentido contrário —, que 99% dos portugueses não sabem, de facto, da existência deste Estado-Maior Militar da União Europeia.

Este exemplo, Sr. Ministro, mostra bem como é que está a ser construída a União Europeia: de costas voltadas para os povos e, no exemplo concreto que dei, certamente mesmo contra os interesses desses povos.

A construção europeia está, de facto, a ser feita nos corredores da burocracia europeia, nos laboratórios jurídicos da Comissão e do Conselho, e isto leva-nos directamente a um tema central que tem a ver com o debate de hoje, que é o da chamada proposta de tratado constitucional europeu. O problema que existe é o seguinte: este tratado, de facto, é inviável juridicamente, morreu, caducou!! Tinha de ser ratificado por 27

Estados-membros e, como dois o rejeitaram, não tem hipótese, à luz dos tratados, de ser considerado. E há que aceitar esta verdade!

E da parte do Governo português e de Portugal acho que havia todo o interesse em clarificar esta situação. Por que é que Portugal não clarifica tudo isto? Por que é que Portugal continua a alinhar com aqueles que pretendem «fazer entrar pela janela aquilo que o voto popular impediu que entrasse pela porta»? Por que é que o Governo português não aborda isto claramente na sua presidência?

Já agora, Sr. Ministro, vai haver uma conferência internacional em Madrid, que vai reunir os 18 Estados-membros que ratificaram a proposta de tratado. Gostava de perceber se Portugal vai ser sensível ou não ou se vai resistir àquilo que é, visivelmente, uma operação de chantagem, porque quem tem de reconhecer que é preciso «mudar de agulha» são os 18 Estados-membros e não os nove que sobram!!

Uma outra questão, Sr. Ministro: apresentámos um projecto de resolução — o projecto de resolução n.º 174/X, sobre as prioridades da presidência portuguesa da União Europeia, também em apreciação — e, ao fazê-lo, levamos a sério as alterações produzidas recentemente na lei de acompanhamento. Vamos propor que o Governo aceite incluir na presidência portuguesa questões relacionadas com o Pacto de Estabilidade e Crescimento, com a política marítima, com a reforma da PAC, com as regiões ultraperiféricas, com o tratado constitucional, obviamente, e também com uma questão que é relativa ao funcionamento do Banco Central Europeu.

Até agora o Banco Central Europeu tem funcionado dando primazia ao controlo da inflação; há muitos que defendem que não, que devia passar a dar primazia à economia e ao emprego — aliás, uma candidata presidencial às eleições presidenciais francesas, recentemente e com o aplauso de membros do Governo português, disse exactamente isto. Portanto, no projecto de resolução que apresentámos, incluímos um ponto no sentido de que o Governo aceite e inclua no seu programa da presidência portuguesa a necessidade de rever o estatuto do Banco Central Europeu.

Gostávamos, naturalmente, de ouvir a vossa opinião sobre isto.

Vozes do PCP e de Os Verdes: — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Para responder a este primeiro grupo de perguntas, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros:** — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, em primeiro lugar, quero agradecer as palavras amigas e simpáticas dos Srs. Deputados que desejaram as minhas melhoras.

Relativamente às questões em concreto, o Sr. Deputado Almeida Henriques centralizou as suas perguntas na problemática do QREN, num eventual atraso na sua apresentação. Mas, como é sabido, do ponto de vista do Governo, não há qualquer atraso nessa apresentação. O Governo apresentou-o, ontem, publicamente, depois de terem sido aprovados, na quinta-feira, em Conselho de Ministros e, na segunda-feira, os planos operacionais.

Todas as questões que legitimamente suscitam a apreciação e a reflexão sobre esses documentos, que são complexos e importantes para o futuro do País, serão objecto de um debate nesta Câmara creio que no próximo dia 1 de Fevereiro, por iniciativa do Governo. Portanto, todas essas questões, do meu ponto de vista, deverão ser confrontadas justamente com os ministros sectoriais que têm a responsabilidade directa pelas opções que são assumidas pelo Governo no seu conjunto.

Dir-lhe-ei que não estou de acordo com algumas apreciações que fez, designadamente em relação ao atraso porque, como é sabido, não há qualquer intenção de prolongar a aplicação do novo Quadro de Referência Estratégico Nacional em vigor, uma vez que está numa fase de aplicação, havendo verbas que não estão ainda esgotadas. Mas, sobretudo, gostaria de repudiar totalmente a apreciação que é feita em relação à «governamentalização» pela adopção de um modelo mais centralizado de gestão de fundos para o próximo ciclo.

Como é sabido, um dos problemas graves, que hoje podemos legitimamente identificar na forma como foram geridos os fundos comunitários ao longo dos últimos anos, decorre justamente de, em muitas circunstâncias, a excessiva fragmentação, a excessiva atomização de centros de decisão sobre essa matéria ter provocado imensos desperdícios de recursos pela sobreposição de programas, de projectos, de acções, de iniciativas, que, em grande medida, um modelo mais racional, mais centralizador e com uma lógica de estruturação das decisões muito mais compatível com o comando político efectivo teria tornado compatível com os objectivos de aproveitamento destes recursos que são, provavelmente, o maior volume de recursos que o País tem para aplicar ao longo dos próximos anos.

A «partidarização» é um argumento também um pouco frágil... Vejamos: o Governo está a aprovar um programa até 2013, em princípio há eleições em 2009, ora a preocupação do Sr. Deputado parece subentender que dá por adquirida uma derrota eleitoral em 2009... Se existe favorecimento partidário, do ponto de vista da «governamentalização», deste modelo, o Sr. Deputado terá toda a possibilidade de geri-lo justamente a partir de 2009, se o PSD for governo e puder assumir as responsabilidades de gestão deste programa...!

Em relação às questões colocadas pelo Sr. Deputado Luís Fazenda, muito rapidamente, gostava de lhe dizer que é óbvio que há ideias com as quais estamos de acordo no programa da presidência e com as quais os senhores e o Sr. Deputado, em particular, nunca poderão estar de acordo, porque são visões e modelos completamente diferentes do projecto europeu. Portanto, é perfeitamente legítimo que haja entre nós divergência sobre essa matéria.

Em relação à questão da reforma dos tratados e às políticas sociais, quero dizer-lhe que fiz referência ao modelo social, quando considero que há um conjunto de questões que têm de ser respondidas em conjunto pelos europeus. Se querem, efectivamente, desenvolver o projecto europeu e ultrapassar a situação de impasse em que se encontram, essas questões têm de ser resolvidas em conjunto pelos europeus, de forma integrada e a questão do bem-estar dos europeus, tal como ele hoje é assumido no modelo social europeu, tem de ser percebida pelos cidadãos europeus à dimensão das suas expectativas.

Por isso, na gestão futura de todo o programa que tem que ver com o desenvolvimento da Estratégia de Lisboa, a questão da competitividade, a questão do emprego e da sustentação do modelo social europeu estão absolutamente ao mesmo nível do ponto de vista das opções e das decisões políticas.

Mas, Sr. Deputado, não acredito que seja possível sustentar um modelo social de europeu sem um esforço grande de adaptação às circunstâncias que são ditados por factores externos, que a União Europeia não controla, que lhe são impostos pela dinamização da globalização internacional. Mas hoje a generalidade dos cidadãos europeus percebe isso, percebe que é preciso flexibilizar do ponto de vista social alguns modelos de sustentação das suas políticas, precisamente para garantir uma capacidade de competir no mundo global quando há novos *players*, novos competidores, muito agressivos sob esse ponto de vista, e aos quais há necessariamente que fazer frente e é isso que esse conceito traduz.

Esse conceito é um conceito virtuoso, tem, por isso, uma grande força do ponto de vista ideológico que deve ser explorada no espaço europeu e o debate sobre a revisão do Código do Trabalho e sobre o mercado de trabalho, em Portugal, deve, naturalmente, acompanhar esse debate do ponto de vista europeu.

Nós não podemos isolar a nossa política social do que é hoje a dinâmica da política social tal como ela é definida no espaço europeu em que nos integramos. É porque o mercado interno é isso mesmo! O mercado interno impõe uma lógica do ponto de vista económico, do ponto de vista da regulação financeira, da regulação monetária, da regulação microeconómica que obriga as políticas nacionais a acompanharem a dinâmica de todo esse espaço.

Era por isso que eu gostaria de contrariá-lo dizendo-lhe que a integração no nosso programa de presidência da aceitação de um conceito com essas características visa, justamente, responder, não de uma forma passiva mas com reacção, a uma necessidade absolutamente inadiável que a Europa tem de se adaptar se quiser manter os níveis de bem-estar que hoje caracterizam o modelo social europeu.

Relativamente às questões colocadas pelo Sr. Deputado Nuno Magalhães, dir-lhe-ei muito rapidamente que as duas questões que colocou estão também no centro da nossa agenda. Eu apresentei, em linhas gerais, o programa do «trio da presidência» e apresentaremos em Maio/Junho o programa específico da presidência portuguesa.

Em relação à política marítima europeia, como é sabido, estamos a acompanhar muito directamente o trabalho desenvolvido pela Comissão sobre esta matéria, participámos na decisão tomada sobre o «livro verde» e haverá em Lisboa, eventualmente no mês de Outubro ou de Novembro, uma conferência em que a apresentação desse programa marcará a vontade e o interesse do Estado português em ter relativamente a essa área política uma presença cada vez mais significativa.

Sobre a política de imigração, como é sabido...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Ministro, tenha atenção ao tempo de que dispõe, porque há ainda mais dois grupos de perguntas.

O **Orador**: — Termina já, Sr. Presidente!

Como dizia, relativamente à política de imigração, sabe que há uma política horizontal que nós defendemos. É necessário encarar numa perspectiva mais comunitária estas matérias e, por isso, pensamos que não é possível regularizar hoje fluxos migratórios com esta dimensão e densidade sem uma harmonia dos instrumentos nacionais, pelo que, naturalmente, repudio perspectivas de legalização extraordinária — isto para responder à sua pergunta concreta — que não sejam decididas tendo em atenção designadamente os vizinhos.

Quanto às questões colocadas pelo Sr. Deputado Honório Novo, devo dizer-lhe que, em concreto, o Estado-Maior Militar da União Europeia representa um passo muito significativo que a Europa deu no domínio da consolidação de uma política europeia de segurança e defesa que permite à Europa ter alguma autonomia do ponto de vista das grandes decisões que se colocam hoje em termos de política de defesa e segurança.

Creio que, no essencial, respondi às questões sobre o Tratado Constitucional, mas acrescentarei que não podemos criar expectativas em relação à solução para o Tratado Constitucional. Naturalmente, vamos ser condicionados pela opção que vier a ser definida pela estratégia negocial que a presidência alemã vai desenvolver, mas dir-lhe-ei que é preciso ter, também, em consideração que o equilíbrio conseguido na

negociação complexa e difícil a nível de 25 Estados, hoje 27, em relação ao Tratado Constitucional tem de ser uma referência de base para qualquer processo de revisão, no futuro. É esta a nossa convicção.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Nobre de Deus.

A Sr.^a **Paula Nobre de Deus** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, a construção europeia partiu do sonho de criação da paz duradoura na Europa que, ao longo dos séculos, havia sido devastada por excessivas guerras. As que ocorreram no século XX foram especialmente arrasadoras e, por isso, determinantes na mudança das mentalidades.

Jean Monet e Robert Schuman tiveram um sonho. Mais do que sonhar, efectivaram esse sonho na construção de um edifício jurídico-político que perdura e ao qual se deve o maior período consecutivo de paz jamais vivido na Europa.

A actual União Europeia corresponde ao evoluir desse sonho.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — Portugal, em 2000, teve a ousadia de sonhar a Estratégia de Lisboa e, em 2007, a Europa tem em curso a sua concretização.

O slogan «Europa dos resultados» é uma boa síntese da actual dinâmica da União Europeia. Uma União que sustenta a ambição de sonhar uma vida melhor para todos os cidadãos europeus, através da obtenção de resultados positivos em áreas fulcrais para o desenvolvimento e o bem-estar da sociedade, como seja a área do crescimento económico sustentável e do emprego, objectivo central da Comissão Europeia para 2007.

Portugal está a executar o seu plano operacional de emprego com resultados positivos, mas, e porque está consciente dos desafios de uma Europa cada vez mais competitiva, centra o QREN numa aposta clara na educação e na qualificação dos portugueses, condições matriciais para a promoção do crescimento e do emprego no nosso país.

Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, considero que é de sublinhar o compromisso inequívoco do Governo com os portugueses enquanto cidadãos de uma Europa do futuro.

A Europa propõe-se desenvolver um «Plano D» — democracia, diálogo e debate—, mas entretanto Portugal, com a aposta que está a fazer em matéria de emprego e de qualificação, tem em marcha o que eu denominaria «Plano C» — confiança e competência dos cidadãos portugueses.

É reconhecido por todos nós que a Europa está a atravessar uma fase difícil e complexa de reflexão sobre a sua identidade e o seu futuro, mas também está a dar sinais de querer validar a razão da sua existência, desenvolvendo uma política activa de promoção da confiança dos cidadãos. E aqui vale a pena dar nota de que, mais uma vez, Portugal está a acompanhar os desafios da União Europeia.

A Sr.^a **Helena Terra** (PS): — Muito bem!

A **Oradora**: — É importante que os portugueses tenham conhecimento de que esta Assembleia, e mais concretamente a Comissão de Assuntos Europeus, prevê a realização de um plano de acção direccionado para a participação da sociedade civil no acompanhamento das grandes questões europeias, como seja o futuro do Tratado Constitucional e, mais concretamente, das iniciativas legislativas e não legislativas da União, uma das quais denominámos «Assembleia presente: a Europa rumo às regiões». Desta forma, o Parlamento associa-se pró-activamente ao contributo que visa a qualificação dos portugueses, tendo em vista a sua aproximação ao desígnio que constitui a União Europeia.

Os portugueses, há 500 anos, inventaram o astrolábio e descobriram novos mundos. Hoje, no século XXI, Portugal continua a orientar-se pela rota dos que têm a ousadia de sonhar e fazer de Portugal um país melhor.

Sr. Ministro, a minha questão é clara e inequívoca: gostaria de conhecer a sua opinião sobre a importância do impulso que está a ser dado à Estratégia de Lisboa, nomeadamente para a vida dos portugueses, uma vez que, embora a sua avaliação só seja feita aquando da presidência da Eslovénia, em 2008, já se fala de um novo ciclo da Estratégia de Lisboa. Esta Assembleia e os portugueses, certamente, gostariam de conhecer a visão do Sr. Ministro sobre esta questão.

E, se me permite, também queria pedir-lhe que nos falasse sobre o *dossier* flexissegurança, matéria bastante relevante no quadro da preocupação da União Europeia, que está directamente relacionado com o sector do emprego e, actualmente, na agenda da política europeia e que também começa a avançar para a agenda portuguesa.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Eduardo Martins.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, faço também minhas as palavras dos restantes Deputados que o vêem com alegria aqui refeito, até porque a sua presença é uma nota de serenidade que destoa do resto do Governo de que faz parte.

A educação que empresta à dialéctica parlamentar faz-nos até suscitar o regresso ao tema que o Sr. Ministro considerou pouco importante, para lhe dizermos que o achamos muito relevante e consideramos que está mesmo no centro daquilo que os portugueses percebem e têm de discutir sobre a Europa, bem como, seguramente, no cerne do que é o futuro da Europa: refiro-me à política de coesão e àquilo que Portugal pretende fazer nesse campo com o Quadro de Referência Estratégico Nacional que foi aprovado.

A primeira nota de discordância é mesmo essa, Sr. Ministro. Voltaremos, com certeza, nesta agenda aos temas que nos propôs, mas não deixamos este assunto de lado, porque o consideramos muito importante.

O Sr. Ministro tem sentado ao seu lado um secretário de Estado que é um competentíssimo alto funcionário do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que acompanhou, com diligência, a discussão que Portugal teve, quer com o anterior quer com o actual Governo, em Bruxelas, a propósito do futuro da política de coesão e o que está em causa é muito sério.

O que está em causa no futuro da Europa é saber se quem precisa da política de coesão se constitui parceiro para a aplicar em condições de continuar a merecê-la, e Portugal é um mau aluno da política de coesão. Portugal, ao fim de três quadros comunitários de apoio, não saiu, como sói dizer-se, da cepa torta, não deixou de ter praticamente todas as suas regiões em Objectivo 1, à excepção da região da capital ou de outras que mudaram pouco mais que por efeito estatístico da entrada de novos países mais pobres na União Europeia.

No que respeita à questão de forma, entendamo-nos rapidamente: o Sr. Ministro pode dizer o que quiser sobre a não ausência de atraso, mas o atraso é evidente. É tão evidente que contradiz mesmo a própria palavra do Governo, que, em Março, tinha prometido o Quadro de Referência Estratégico Nacional para o Verão,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem! Bem lembrado!

O **Orador**: — ... que não foi capaz de o cumprir e que agora, quando o jogo já está a ser jogado, vem aprová-lo tardiamente. E o resultado é só um: estamos, pela primeira vez na história de Portugal dentro da União Europeia, confrontados com um hiato na aplicação dos fundos estruturais, até porque o que Sr. Ministro disse sobre o actual Quadro Comunitário de Apoio não é verdade. Já estão acabadas as aprovações no QCA III — são orientações que foram dadas aos gestores pelo seu colega Ministro que tutela esta matéria —, o QCA III está pura e simplesmente parado e o Quadro de Referência Estratégico Nacional, enquanto não houver programas operacionais e os seus regulamentos não forem aprovados, não vai estar em funcionamento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Sabemos que isto dá muito jeito a um Governo que tem, para 2007, o Orçamento de restrição, de encolhimento do investimento público que tem; sabemos que o Governo não encontrou a solução de reduzir a despesa para acompanhar o investimento que precisava de fazer com os fundos estruturais, mas isto não deixa de provocar um hiato, que nunca se viu,...

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — ... na aplicação de fundos que são estruturais para alavancar o nosso desenvolvimento.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — Mas sobre a questão de substância, Sr. Ministro, não podemos deixar de voltar ao assunto e de discordar de si.

De facto, o documento que temos para análise e que foi apresentado ontem é um documento — e essa é, no fundo, a pergunta — que, do nosso ponto de vista, tem muito poucas condições de poder ser aprovado, tal como está, por Bruxelas. É, efectivamente, um documento centralista. É, efectivamente, um documento que, centrando-se num diagnóstico mais ou menos correcto das falhas de aplicação dos três primeiros Quadros Comunitários de Apoio, volta a privilegiar uma política de betão e não uma política de desenvolvimento estruturado da nossa economia. Diga o que disser, o programa operacional que mais dinheiro tem é o que vai financiar as obras faraónicas do Ministério das Obras Públicas.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Não há volta a dar a isso! O Fundo de Coesão vai ser todo gasto, numa perspectiva absolutamente centralizada, naqueles investimentos que a Comissão Europeia tem repetidamente classificado como aqueles que não potenciam o desenvolvimento regional!

E o que dizer do programa operacional Factores de Competitividade? O Sr. Ministro disse-nos que o Conselho de Ministros aprovou, parece que à socapa, na segunda-feira, os programas operacionais. Já agora, pergunto-lhe quando vamos ter regulamentos, quando vamos ter condições para aplicar este Quadro de Referência Estratégico Nacional e se o programa operacional Factores de Competitividade é, no fundo, para que a Agência Portuguesa para o Investimento (API) e o Ministério da Economia substituam um quadro de atracção de investimento pela fraca qualificação e pelo baixo pagamento dos nossos recursos humanos por um quadro de pagamento dos equipamentos a todos os empresários estrangeiros que cá se queiram instalar, com desrespeito pelo ambiente, e não verdadeiramente de promoção da modernização do nosso tecido económico.

O Sr. **Luís Marques Guedes** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Este é, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, um Quadro de Referência Estratégico que desaproveita a última oportunidade histórica que Portugal tem de beneficiar da política de coesão para promover o crescimento harmonioso das nossas regiões.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor de concluir, Sr. Deputado.

O **Orador**: — A pergunta é esta, Sr. Ministro: acha mesmo que este documento está em condições de ser aprovado, sem mais, por Bruxelas ou vamos perder ainda mais seis meses em cima dos que já perdemos?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Ana Maria Rocha.

A Sr.^a **Ana Maria Rocha** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o alargamento da União Europeia, as migrações, o mar, a aplicação da Agenda de Lisboa, as relações com África e o desenvolvimento da política europeia constituem algumas das prioridades da presidência portuguesa da União.

Neste domínio, a sua acção centrar-se-á de modo particular em África, através da realização da Cimeira União Europeia/África. É de salientar que esta Cimeira reflecte uma nova fase de relacionamento entre a Europa e África, renovando um diálogo político iniciado no Cairo e colocando África na agenda europeia.

Sabemos das dificuldades que envolvem esta Cimeira, atendendo desde logo à complexidade política dos países africanos, bem como às questões do desenvolvimento, da pobreza e das migrações.

Sabemos, igualmente, que Portugal tem um papel privilegiado com África, podendo dar um contributo essencial para o reforço das relações entre os dois continentes.

A questão que coloco ao Sr. Ministro é a seguinte: que dificuldades e que expectativas se lhe afiguram na realização desta Cimeira?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Santos David.

O Sr. **Mário Santos David** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o ano de 2007 será crucial para o projecto de Tratado Constitucional da União Europeia. As opiniões públicas não compreendem que os sucessivos Conselhos Europeus adiem indefinidamente a questão, dotando-se de períodos de reflexão em que nada ou muito pouco se debateu ou discutiu. A Europa não precisa de mais roteiros, precisa, sim, a nível do Conselho Europeu, de mais timoneiros.

Não podemos, por um lado, explicar aos nossos cidadãos as necessidades e as vantagens de dotar a União de um novo tratado, que reconhece a dupla natureza da união de Estados e de cidadãos, que valoriza o princípio da igualdade entre os Estados-membros, que respeita a identidade nacional, em que o direito de cidadania da União é complementar do nacional, não o substituindo, que reforça o princípio da coesão económica, social e territorial e, por outro lado, adiar sem limite a concretização e a entrada em vigor de um texto em que todos nos possamos rever.

É um facto irrefutável que o novo tratado permitiria simplificar o nosso processo decisório, de modo a ser mais facilmente compreensível por todos, conferindo à União Europeia um funcionamento mais eficaz,

transparente e democrático, em que se lhe reconhecesse maior legitimidade e coerência.

A presidência alemã anunciou que vai proceder a extensas consultas e o Estado português vai ser chamado a pronunciar-se sobre como ultrapassar este impasse.

Assim, Sr. Ministro, gostaríamos de saber que soluções vai o Governo propor. Que fórmula preconiza o Governo para se poder, simultaneamente, respeitar a vontade soberana expressa por 18 Estados-membros, que já ratificaram o Tratado Constitucional, com a necessidade de obter este mesmo assentimento da parte dos Estados que o rejeitaram ou que ainda não se pronunciaram?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Deputado, leia o Tratado!

O **Orador**: — Está o Governo a favor de exigir uma nova convenção, uma nova conferência intergovernamental, em que se aprove um novo tratado? Em caso afirmativo, como pensa o Governo conferir uma ainda maior legitimidade e representatividade democrática a essa nova convenção, que, a ter de se realizar, se quer mais transparente, participada e célere?

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — E quais os limites materiais e as eventuais alterações que o Governo português está disposto a aceitar?

A reabertura do debate sobre o novo quadro institucional, quer no que diz respeito ao equilíbrio entre a representatividade dos vários Estados-membros, quer quanto à repartição de poderes, só poderá ser em detrimento do actual peso relativo conseguido por Portugal e consagrado no Tratado Constitucional. Partilha o Governo da posição do PSD, segundo a qual não aceitaremos uma reabertura do debate institucional que conduza a uma diminuição do nosso peso relativo? E partilha o Governo da posição do PSD, segundo a qual exigimos a manutenção da Carta Europeia dos Direitos Fundamentais, com a força jurídica vinculativa que o actual Tratado consagra?

Tal como o PSD, numa tentativa de facilitar a melhor compreensão de um novo tratado, aceita o Governo que todas — e permita-me enfatizar «todas» — as políticas sectoriais actualmente inscritas na Parte III do Tratado Constitucional deixem de ter essa dignidade e passem a figurar num outro diploma, mais fácil de adaptar às necessidades de uma economia global e de um progressivo mas gradual aprofundamento da União Europeia?

Todos sabemos, Sr. Ministro, que compete ao Conselho Europeu, a realizar em Junho, fazer uma súmula das posições dos Estados-membros e propor à presidência portuguesa uma metodologia a seguir. Pedia-lhe, por isso, que não se refugiasse nesta resposta, que, embora tecnicamente correcta, seria politicamente insuficiente.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O **Orador**: — De uma forma construtiva, pretendemos dar-lhe a conhecer, no próprio enunciado das perguntas, várias posições do PSD sobre as diferentes matérias; agradecemos, da parte do Governo, a mesma frontalidade.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para responder a esta segunda ronda de perguntas, com atenção para o facto de que ainda há uma outra ronda, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, com a sua condescendência, procurarei ser muito sintético.

Relativamente às questões colocadas pela Sr.^a Deputada Paula Deus, no essencial, uma questão sobre o novo ciclo da Estratégia de Lisboa, creio que, em boa medida, já respondi, quando afirmei que tenho a convicção de que a Estratégia de Lisboa foi redefinida e consta, hoje, do programa de uma forma muito clara, como integrando, simultaneamente, uma dimensão económica, uma dimensão social e uma dimensão ambiental. Isto é bem prova do virtuosismo do conceito, tal como ele foi aprovado na Cimeira de 2000, durante a presidência portuguesa, e é hoje um pilar estruturador da presidência alemã como da presidência portuguesa.

Quanto às questões da flexissegurança, creio que tive oportunidade de as esclarecer quando respondi ao Sr. Deputado Luís Fazenda.

Gostaria, agora, de me concentrar nas questões colocadas pelo Sr. Deputado José Eduardo Martins, porque, no fundo, continua a deslocar a discussão para uma área que, naturalmente, será objecto de um debate específico nesta Assembleia, com os membros do Governo mais directamente responsáveis pela matéria. Como já referi, no próximo dia 1 de Fevereiro, aqui estaremos para debater essa temática em concreto.

Dir-lhe-ei apenas que continuo a não poder subscrever os seus comentários. Tenho à minha frente uma nota que me chegou da Lusa, no sentido de que a Comissão Europeia assegurou, hoje, que não há atrasos na entrega da proposta do Governo e de utilização dos fundos comunitários. É a Comissão Europeia que reconhece que não há nenhum atraso! Sei que, politicamente, têm todo o direito e toda a vantagem em usar esse argumento, mas a Comissão reconhece que não há atraso.

Também lhe digo que o que é preciso reconhecer é a contradição que há nas suas palavras e que gostaria de referir. O que o Sr. Deputado aqui disse foi que tivemos três quadros comunitários de apoio e foi um desastre:...

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Não!

O **Orador**: — ... o número de reuniões que passaram pelo Objectivo 1 foi de apenas uma; o desperdício de recursos foi evidente.

Agora, o Sr. Deputado vem pôr em causa o esforço que o Governo fez, justamente para não reproduzir esses erros, em torno de um modelo de gestão que era deficiente. Esta é que é a verdade!

Aplausos do PS.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Fez mal!

O **Orador**: — O Sr. Deputado cai na sua própria contradição! E é este balanço que deve ser feito! Mas o problema não está só na gestão dos fundos, está na crise grave que o Estado, hoje, conhece. O Sr. Deputado sabe muito bem que um Estado pequeno como o Estado português, na dinâmica de democratização, pulverizando centros de poder e atomizando as decisões, o que gerou foi ineficiências e ineficácias em muitos sectores, designadamente no domínio do planeamento. O Sr. Deputado fala com veemência sobre essa matéria, porque, enquanto secretário de Estado, foi o responsável pelo sector e, portanto, tem toda a autoridade para falar assim, mas permita-me que, como observador exterior a esse sector mas como cidadão responsável e político, apesar de tudo, empenhado no destino do País, reconheça que o modelo de gestão dos recursos financeiros imensos que foram postos à disposição do País não permitiram, ao País, satisfazer os objectivos que perseguia. Por isso, é preciso rever esse modelo.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — Mas este é pior!

O **Orador**: — Podemos contestar e podemos discutir, mas há uma coisa que o Sr. Deputado tem de reconhecer: o modelo de gestão não servia, precisamente porque gerou ineficiências e desperdício de recursos.

O Sr. **José Eduardo Martins** (PSD): — É verdade! Mas este é pior!

O **Orador**: — Então, quando o Sr. Ministro do Ambiente aqui vier, discuta com ele e contraponha o que devia ser feito para corrigir o modelo que o Sr. Deputado reconhece que gerava ineficiências.

Relativamente às perguntas do Sr. Deputado Mário David, quero apenas dizer-lhe, muito rapidamente, que aceito toda a pedagogia que aqui fez, clarificando as propostas do PSD. A diferença é que o Sr. Deputado está na oposição, eu estou na bancada do Governo e terei responsabilidades, dentro de meses, para gerir uma complexa e delicada negociação, arbitrando muitos interesses em confronto. É uma negociação a 27 Estados-membros e todos têm de estar de acordo sobre a matéria. Mas reconheço, como o Sr. Deputado sublinhou, que tem de haver um equilíbrio que tenha por base o equilíbrio conseguido no Tratado Constitucional — nisto, estamos de acordo, contrariamente ao que sucede com o Partido Comunista — e que quer a questão institucional, quer a questão da Carta dos Direitos Fundamentais, quer a questão sobre as políticas têm de ser arbitradas em função de um novo equilíbrio.

Também a participação dos cidadãos, designadamente pela via representativa dos Parlamentos nacionais, tem de ser assegurada, sob pena de ficarmos, novamente, num beco sem saída, no final do processo de revisão.

Teria, naturalmente, todo o interesse em debater mais profundamente esta questão consigo mas já ultrapassei o tempo regimental de que dispunha.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Maria de Lurdes Ruivo.

A Sr.^a **Maria de Lurdes Ruivo** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputa-

dos, o projecto europeu é um projecto em constante construção e desenvolvimento. Prova disso foi o mais recente alargamento da União Europeia. Como sabemos, em 1 de Janeiro de 2007, a Europa conheceu o seu quinto alargamento, com a adesão da Bulgária e da Roménia. Este processo foi um dos importantes passos dados pela presidência finlandesa, que terminou o seu mandato em 31 de Dezembro. Das suas conclusões, podemos enunciar alguns aspectos que consideramos mais relevantes para a construção europeia.

No que diz respeito ao Tratado Constitucional, foi a presidência cessante que preparou o processo para que a presidência alemã lhe dê continuidade e possa apresentar um relatório sobre a estratégia a seguir até final do seu mandato.

Também no âmbito da liberdade, segurança e justiça, foi, com esta presidência, feito um balanço do Programa da Haia e um aprofundamento do espaço de liberdade, segurança e justiça, com capacidade de responder aos actuais desafios.

Quanto à questão da política europeia de migração, considerou o Conselho que esta constitui uma das prioridades da União, devendo ser integrada nas políticas externas da União Europeia.

No capítulo da inovação, energia e alterações climáticas, a presidência finlandesa considerou a inovação essencial para que a Europa possa responder, de forma eficaz, aos desafios e às oportunidades da globalização. Exemplo disso foi a criação do Instituto Europeu de Tecnologia.

Também as alterações climáticas assumem uma importância cada vez maior, à medida que se vão conhecendo as suas consequências, constituindo um problema mundial que exige soluções, também elas, mundiais.

Neste quadro, foi também de particular importância o esforço da presidência finlandesa no reforço da política europeia de vizinhança, que visa consolidar a União Europeia como uma zona de prosperidade, estabilidade e segurança, com base nos direitos humanos, na democracia e no Estado de direito.

Passo a salientar um aspecto de particular relevância, que resulta da presidência finlandesa, o qual não podemos deixar de louvar, que é a prossecução da estratégia da União Europeia intitulada *A União Europeia e a África: Rumo a uma Parceria Estratégica*, que se traduzirá na realização da Cimeira Europa-África, a decorrer sob a égide da presidência portuguesa. Esta iniciativa reflecte uma nova fase de relacionamento entre a Europa e a África e na qual Portugal irá desempenhar um papel importante.

Podemos, pois, concluir que a presidência finlandesa contribuiu para fortalecer a construção europeia e, seguramente, o mesmo irá acontecer com a presidência alemã e, no que concerne à presidência portuguesa do Conselho da União Europeia, estou certa de que, com o forte empenhamento de todos, Portugal dará um significativo contributo no aprofundamento e fortalecimento do projecto europeu.

Sr. Ministro, gostaria de ouvir a sua opinião sobre o seguinte: face às conclusões da presidência finlandesa, algumas das quais acabei de enunciar, de que forma é possível dar continuidade a essas políticas através da presidência tripartida do Conselho da União Europeia, em particular da presidência portuguesa?

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Armando França.

O Sr. **Armando França** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Caros Colegas Deputadas e Deputados, uma saudação especial ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros pela presença vigorosa, serena, animada e a animar este debate, o que muito nos apraz.

Há algumas questões que gostaríamos de abordar mas, antes de tudo o mais, não posso deixar de fazer referência a dois ou três aspectos que me parecem importantes.

Em primeiro lugar, ao Quadro de Referência Estratégico Nacional. O PSD, nos últimos dias, tem vindo a referir insistentemente aquilo a que chama a imagem negativa, o adiamento, os ditos atrasos em relação ao QREN. O Sr. Ministro já teve oportunidade de esclarecer, mas gostaria de reproduzir a mensagem da Comissária Danuta Hübner dirigida ao Governo português e que é a melhor resposta para o invocado atraso.

A Sr.^a Comissária disse qualquer coisa como isto: «Gostaria de agradecer, uma vez mais, ao Governo português pela apresentação, dentro dos prazos, do QREN». Que melhor resposta pode o PSD ter se não esta afirmação segura da Sr.^a Comissária, que agradece? A Sr.^a Comissária não diz — vai muito mais além — que o QREN foi apresentado atempadamente. Não, agradece ao Governo português o facto de o QREN ter sido apresentado em tempo.

Mas seria muito interessante que o PSD dissesse ao Governo e ao Parlamento português, nesta Câmara, um outro facto não menos relevante: há cerca de um ano, o Governo conseguiu para Portugal 21 500 milhões de euros, um pacote financeiro muito acima das expectativas. Aliás, à época, vários responsáveis do PSD e da oposição em geral tinham uma perspectiva negativista, como sempre, sobre o QREN, dizendo que o Governo não ia conseguir uma boa negociação em Bruxelas. Conseguiu uma boa negociação, uma negociação substancial, o que vai permitir desenvolver um conjunto de iniciativas estratégicas para Portugal decisivas, nos próximos tempos.

Gostaria também, a este propósito, de referenciar, sobre o modelo de gestão — de que V. Ex.^a falou, e

muito bem, mas há um outro aspecto —, o centralismo. Os Srs. Deputados têm de ler a Resolução do Conselho de Ministros n.º 25/2006, de 10 de Março, em que ficou claramente definido quem tem, e deixa de ter, assento, no que respeita à governação, na comissão ministerial de coordenação. E aí está claro que vão ter assento o Governo Regional da Madeira, o Governo Regional dos Açores e, por exemplo, o Presidente da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. Quando se diz que há centralismo, eu diria, antes, que o Governo acautelou, neste novo modelo, uma lógica de partilha de informação, de partilha de decisão ao nível do QREN.

Portanto, suponho que esse conjunto de argumentos que têm sido veiculados são apenas «espuma» que rapidamente passará, logo que, sobretudo, os parlamentares e a opinião pública tenham conhecimento da qualidade deste modelo de governança do QREN.

Sobre o Tratado Constitucional, há algo que não posso deixar de dizer aos Srs. Deputados do Bloco de Esquerda e do PCP. Há tempos, vi o Sr. Deputado Miguel Portas, do Parlamento Europeu, dizer até que nem precisamos de Tratado Constitucional e, agora, vi o Sr. Deputado Luís Fazenda, e muito bem, com a craveira retórica e a qualidade intelectual que tem, tomar uma posição surpreendentemente, ou talvez não, indecisa sobre o Tratado Constitucional.

Ora, temos sobre isso uma perspectiva muito clara: queremos uma união política na União Europeia, e era bom que os Deputados à esquerda do PS se pronunciassem sobre isto, ou seja, que União Europeia querem, que Tratado Constitucional querem. Nós queremos uma união política, queremos uma nova configuração, um tratado que permita alcançar o grande objectivo que é a união política, a partir, nesta fase, deste instrumento que temos, que é o Tratado Constitucional.

O PS, neste período de debate, de discussão, quer precisamente que se discuta, que se debata, que venham novas achegas para enriquecer — e estamos abertos a isso! — o Tratado Constitucional, esse, sim, um instrumento indispensável para o projecto da União.

Há uma outra nota que não poderia deixar de dar e que tem que ver com a flexibilidade e segurança. Sr. Deputado Luís Fazenda, o que me pareceu da sua intervenção e um pouco da intervenção do Sr. Deputado PCP é que querem que não se discuta flexibilidade e segurança.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — A pergunta é que está demorada!

O **Orador**: — Ora, o que nós queremos é que se discuta flexibilidade e segurança, o que nós queremos é enriquecer este tema com a vossa participação, com as vossas achegas.

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — E a pergunta é?

O **Orador**: — Sr. Ministro, V. Ex.^a deu algumas notas sobre o tema da flexibilidade e segurança, que preocupa, evidentemente, todas as bancadas e todos os portugueses; é um tema que está na agenda, estamos a discuti-lo.

Gostaria de ouvir o Sr. Ministro sobre o modelo de flexibilidade e segurança que o Governo propõe, se é que V. Ex.^a tem para já alguma opinião sobre isso. É o modelo nórdico? É o modelo da Dinamarca? É um modelo adaptado à realidade portuguesa? Ou, pelo contrário, o que é que mais o preocupa?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Onde a retórica chega!...

O **Orador**: — Sei que não gostam de ouvir estas coisas!...
Preocupa-o abrir o tema à discussão da opinião pública portuguesa?

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Onde a «conversa da treta» chega!...

O **Orador**: — Sobre retórica, estamos conversados.

Aplausos do PS.

VV. Ex.^{as} têm excelente retórica, mas absolutamente inútil, até este momento, em matéria de construção europeia. O que nós queremos é retórica construtiva e que ajude a construir o projecto da União.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Regina Ramos Bastos.

A Sr.^a **Regina Ramos Bastos** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia para 2007 merece o nosso aplauso. Mérito da Comissão Europeia a que os Estados-membros, designadamente o nosso país, deverão corresponder

através de políticas que dêem seguimento às prioridades definidas naquele Programa.

O ano de 2007 é crucial para a Europa, em especial para o nosso país. O ano que agora começa poderia ser o ponto de viragem para a convergência de crescimento com a Europa. Lamentavelmente, não o será.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora:** — Portugal continuará a divergir da média de crescimento da União Europeia e, segundo o Banco de Portugal, a divergência continuará até 2009.

Más notícias, péssimas notícias, Sr. Ministro!

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Muito bem!

O **Orador:** — Permita-me, Sr. Ministro, destacar, de entre as prioridades definidas no programa da Comissão Europeia para 2007, o modelo da flexissegurança, já aqui falado por várias bancadas, que facilita a mobilidade no emprego e aumenta, a par, a protecção social no desemprego.

Este modelo tem sido aplicado com sucesso na Dinamarca e na Holanda, onde o Estado reforçou a protecção social dos desempregados como compensação de maior simplicidade na contratação e na flexibilização dos horários de trabalho.

Há dois dias, o Sr. Presidente da República defendeu que «os Governos devem adoptar políticas que protejam os trabalhadores e promovam a mobilidade, investindo mais na qualificação dos recursos humanos» e acrescentou ainda que esta política da flexissegurança está «muito de acordo com as ideias modernas que têm expressão na Europa».

Sr. Ministro, a bancada que represento apoia a posição defendida pelo Sr. Presidente da República. Gostaríamos de saber se o Sr. Ministro também defende a necessidade de modernização do nosso modelo laboral.

Pedia-lhe também, Sr. Ministro, que nos esclarecesse sobre qual a posição do Governo de V. Ex.^a relativamente a esta matéria.

Na verdade, as declarações do Sr. Primeiro-Ministro e do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social a este propósito têm sido ambíguas, para não dizer contraditórias.

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora:** — Por um lado, o Primeiro-Ministro diz que o conceito «deve servir de inspiração», nada adiantando quanto ao efectivo propósito de o praticar, revendo as leis laborais.

Por outro lado, o Ministro Vieira da Silva garantiu, em Novembro passado, que «o Governo vai aplicar o regime da flexissegurança».

Em que ficamos, Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros: na simples inspiração do Sr. Primeiro-Ministro ou na efectiva aplicação do Sr. Ministro do Trabalho?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora:** — Sr. Ministro, outra prioridade do programa da Comissão que gostaria de salientar tem a ver com o Legislar Melhor.

O Sr. **Henrique Rocha de Freitas** (PSD): — Com o PS é difícil!

A **Oradora:** — No programa sublinha-se a necessidade de acelerar a simplificação e a consolidação da legislação da União Europeia e de envidar mais esforços com vista a uma melhor regulamentação e a uma transposição rápida e à aplicação correcta da legislação da União Europeia.

Quanto ao brio na rapidez da transposição da legislação comunitária para a ordem jurídica nacional, nada sabemos, Sr. Ministro.

Apesar de muito esforço de pesquisa para colher dados sobre esta matéria, não conseguimos apurar qual o estado da arte do Governo de V. Ex.^a relativamente a transposições.

Em nome da transparência e da tão desejada proximidade entre os cidadãos e a Europa, considera, ou não, V. Ex.^a que esta informação deveria estar acessível e permanentemente actualizada no portal do Governo?

Vozes do PSD: — Muito bem!

A **Oradora:** — Quais as razões que justificam não ser, hoje, assim?

Compromete-se V. Ex.^a a modificar esta situação e a zelar para que estes dados estejam à disposição

de um simples clique?

Sr. Ministro, peço-lhe, ainda, que informe esta Assembleia do número de transposições efectuadas desde que o Governo de V. Ex.^a está em funções; de quantas directivas aguardam transposição e os respectivos calendários; do lugar de Portugal no *ranking* da União Europeia, no que respeita à transposição da legislação comunitária.

Por último, Sr. Ministro, desde a entrada em funções do Governo socialista a que V. Ex.^a pertence, a Comissão Europeia instaurou, ou não, algum processo de infracção contra o Estado português?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Ainda para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Costa Amorim.

O Sr. **Costa Amorim** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, neste ano de celebração dos 50 anos do Tratado de Roma, circunstancialmente assim nascido em época difícil, espera-se que seja encontrada solução para o actual impasse sobre o tratado constitucional, pois, como muito bem referiu o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros, a sua continuação é demasiado perigosa e poderia agravar a desconfiança de muitos cidadãos, esquecidos, porventura, de um passado de paz, liberdade, prosperidade e democracia e que cada vez mais outros pretendem partilhar, aderindo.

Findo que está o período aceite de reflexão subsequente ao «não» holandês e francês, importa sobremaneira agir e pôr novamente em marcha o processo de ratificação, incutindo redobrada confiança nas modificações daí resultantes.

Espera-se da presidência alemã, que se anuncia fortemente interessada no retomar deste *dossier* crucial para o futuro de toda a União Europeia, a obtenção do necessário consenso, o que permitiria colocar na presidência portuguesa o início deste caminho (decisão) e, assim, passar a dispor-se de uma constituição europeia adaptada cada vez mais às suas necessidades políticas.

Neste enorme esforço a que os representantes políticos dos 27 países estão a ser submetidos, e que tem grandes consequências para o nosso futuro comum, devem ser associados os cidadãos europeus, no fundo, os grandes destinatários deste caminho da nova política europeia, que se quer também cada vez mais eficiente.

No tocante ao nosso país, é perceptível a sua ratificação, uma vez que ainda recentemente a maioria dos portugueses, conforme foi demonstrado no Eurobarómetro, tem posição afirmativa sobre o tratado constitucional — de resto, também já ratificado por maioria qualificada dos Estados-membros, o que coloca a questão da manutenção do respectivo texto.

Assim, reiterado que está o empenho das três presidências que adoptaram este propósito, reconhecendo que a complexidade do mesmo não é passível de ser esgotado numa presidência, importaria, Sr. Ministro, conhecer-se com mais detalhe os passos que estão a ser pensados, da recíproca cooperação com os demais e se será previsível a adopção de calendário e método de orientação comum, de forma a pôr-se em marcha novamente um documento estratégico que visa — e é bom lembrar — a aproximação dos cidadãos ao projecto europeu e às instituições europeias, bem como a estruturação da vida política e do espaço europeu numa União cada vez mais alargada e integradora.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros. Dispõe apenas de 59 segundos.

O Sr. **Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros**: — Sr. Presidente, muito rapidamente, queria apenas dizer que, relativamente à continuidade entre o trabalho das diferentes presidências, é sabido que há uma agenda que é adquirida e que decorre da rotina de desenvolvimento do próprio processo de integração. Em boa medida, nessa perspectiva, há uma continuidade entre as diferentes presidências, as diferentes agendas, os diferentes programas.

A especificidade deste programa resulta do facto de, pela primeira vez, se ter inovado numa perspectiva de cooperação activa entre os três governos, que têm, durante 18 meses, a possibilidade de dar outra coe-rência estratégica à acção de liderança da União sob o exercício das respectivas presidências. Essa é a inovação e creio que era essa, principalmente, a preocupação manifestada pela questão da Sr.^a Deputada Maria de Lurdes Ruivo.

Sr. Deputado Armando França, corroboro as suas observações quanto às questões que colocou sobre a flexibilidade. A necessidade, de facto, de a Europa se adaptar, o mais rapidamente possível, a um quadro de competição global, garantindo, apesar de tudo, condições de sustentação para o seu modelo social, expresso na segurança do ponto de vista do emprego e das condições de apoio social aos desempregados, é absolutamente determinante.

Respondendo directamente à questão colocada pela Sr.^a Deputada Regina Bastos, dir-lhe-ei que, como não poderia deixar de ser, estamos de acordo com as observações que o Sr. Presidente da República fez.

Ele também considerou, que bem percebi, que os modelos são diferentes de país para país. É preciso ter em consideração a especificidade própria de cada país. E, independentemente do virtuosismo do conceito, pela densidade que permite transmitir a um debate sobre uma matéria de crucial importância para a vida das pessoas, para os cidadãos, mas também para o desenvolvimento estratégico do projecto europeu no quadro de uma economia global, impondo exigências do ponto de vista da competitividade, que têm reflexos no mercado de trabalho, dir-lhe-ei que, precisamente por isso, a metodologia que o Governo está a seguir me parece a mais adequada: há um livro verde; neste momento, há uma comissão que está a trabalhar na preparação de um livro branco; e, a seu tempo, o Governo tomará decisões sobre esta matéria. Fá-lo-á, seguramente, pela importância do tema na concertação estratégica e também dando atenção a tudo o que são as observações dos diferentes grupos parlamentares nesta Assembleia. Não tenho nenhuma dúvida de que o Sr. Ministro do Trabalho terá oportunidade de debater convosco, em concreto, as opções que assumirá, em nome do Governo, sobre esta matéria.

Reconheço que é pertinente a questão que coloca quanto à transparência que é exigida a toda a actividade dos governos, do ponto de vista do desenvolvimento do processo legislativo europeu. Estou de acordo que é necessário conhecer atempadamente e *on-line*, se possível, o que é que está em falta do ponto de vista do exercício do dever de transposição de directivas. Terei todo o gosto em enviar-lhe os dados que me solicitou. Como compreenderá, não vinha preparado para lhos disponibilizar neste debate, mas farei com que lhe cheguem.

Sr. Deputado Costa Amorim, a questão que coloca da transparência da comunicação e da adesão dos cidadãos ao projecto europeu, por essa via também, é uma preocupação central no programa da presidência, que hoje foi, como disse, apresentado publicamente em Estrasburgo.

Ver-se-á que, quer no programa legislativo apresentado pela Comissão quer no programa hoje apresentado pelo trio das presidências, este é um sector-chave, considerado decisivo e determinante para esclarecer melhor as sociedades europeias sobre o que está em causa quando as opções que serão exigidas a muito curto prazo tiverem de ser assumidas por todos nós.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, passamos ao período de debate.

O primeiro inscrito é o Sr. Deputado Armando França, que vai usar da palavra na qualidade de relator da Comissão de Assuntos Europeus.

Tem a palavra, Sr. Deputado.

O Sr. **Armando França** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Uma primeira nota para nos congratularmos com a realização deste debate em Plenário sobre o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia.

Em segundo lugar, gostaria de salientar que, pela primeira vez, a Comissão Europeia apresentou o seu programa legislativo e de trabalho directamente e sem a mediação dos governos aos Parlamentos dos Estados-membros. É necessário, salvo melhor opinião, que se entenda o que isto significa verdadeiramente. A nosso ver, trata-se do reforço do escrutínio dos Parlamentos nacionais e, ao mesmo tempo, no nosso caso, do estreitamento do nosso Parlamento ao processo europeu.

Gostaria de sublinhar também o facto de, pela primeira vez, e na decorrência da lei que aprovámos em Julho do ano passado, debatermos em sede de comissão, e agora em Plenário, o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia. Envolveram-se neste debate as comissões especializadas, os Srs. Deputados, tal como técnicos desta Casa e dos grupos parlamentares. Julgo, pois, que todos nos organizámos numa lógica de consideração de que os assuntos europeus são, e devem ser, cada vez mais, assuntos nacionais.

O programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia apresenta 21 iniciativas estratégicas, 60 acções prioritárias, 48 iniciativas de simplificação. Trata-se de um vasto e complexo leque de iniciativas por parte da Comissão Europeia, de entre as quais, nós, na Comissão de Assuntos Europeus, juntamente com as comissões especializadas, seleccionámos 30, das quais me permito destacar as que versam sobre os seguintes temas: imigração laboral, flexibilidade e segurança, política marítima, organização comum de mercado vitivinícola, Agenda de Lisboa, coesão para o período 2007—2013, escassez de água e a seca, espaço europeu da investigação, agenda social e política portuária europeia. Destaco estes 10 temas por serem muito importantes e por dizerem respeito não só a Portugal, isto é, nos quais Portugal tem interesses estratégicos, mas também, sempre, e inevitavelmente, ao projecto de construção europeia e à União Europeia no seu conjunto.

A Comissão Europeia definiu, a montante destas iniciativas, quatro objectivos essenciais e estratégicos, quatro pilares estratégicos: a prosperidade; a solidariedade; a justiça e a segurança; e o papel da União Europeia no mundo. Estes temas foram hoje largamente abordados em várias circunstâncias e, concretamente, pelo Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros e pelos Srs. Deputados. O que esperamos e desejamos é que sejam atingidos estes objectivos para 2007.

De resto, é muito importante destacar que a União Europeia propõe-se encontrar mecanismos de ava-

liação do impacto económico, social e ambiental destas medidas que propõe para 2007, o que não deixa de ser um aspecto muitíssimo positivo.

Se me é permitido, saliento uma intervenção sobre o conjunto da temática europeia, proferida hoje, na Comissão de Assuntos Europeus, por um ilustre Deputado desta Assembleia da República, o Sr. Deputado Mota Amaral. Sobre esta temática, disse hoje o Sr. Deputado Mota Amaral — e peço perdão por citá-lo — que «o projecto europeu é o projecto da nossa geração».

Nós próprios queremos fazer nossas essas palavras, salientando também que a União Europeia deverá ser sempre, e em todas as circunstâncias, um projecto de todos. Só assim conseguiremos realizar os interesses de Portugal e, obviamente, contribuir para a realização dos interesses da União Europeia.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Magalhães.

O Sr. **Nuno Magalhães** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: O debate que realizámos tem grande importância por várias razões. Mas permitam-me que assinale que este mesmo debate assume uma especial relevância para o CDS-PP, porquanto sempre foi uma aspiração do nosso partido que as questões europeias deviam ser objecto de um rigoroso escrutínio por parte do Parlamento e dos legítimos representantes eleitos pelo povo português.

Vozes do CDS-PP: — Muito bem!

O **Orador**: — A construção europeia é, pois, para nós, um desígnio e uma esperança, exercendo uma crescente influência compatível com o peso económico e social que a União Europeia hoje assume, apesar das dificuldades existentes e que não escondemos.

Recentemente, novos países juntaram-se a esta família, justamente num momento em que, por força do impasse em torno do tratado constitucional europeu, este processo parece fragilizado e atravessa uma fase decisiva de mudança que, sublinho, não pode colocar em causa os princípios orientadores e fundamentais da integração europeia.

Terminou a presidência finlandesa, que teve condições difíceis, imponderáveis inesperados (como o recrudescimento da crise no Médio Oriente) e outros mais expectáveis, como a crise energética com a Rússia, em que não foi possível chegar a um acordo final.

Aproximando-se a presidência portuguesa, importa que o Governo tenha uma estratégia clara, pois se é verdade que o Tratado de Nice nos parece insuficiente, não menos é necessário retirar lições do nosso passado recente, sem valorizar, nem mais nem menos, cada uma das posições assumidas.

Exige-se, pois, prudência, determinação e ponderação, sem criar ou propiciar crises existenciais, sempre indesejáveis, mas, sobretudo, num clima como o que vivemos, em que não há a maior confiança no projecto e nas instituições europeias por parte dos cidadãos europeus.

Em suma, é preciso garantir: o princípio da igualdade entre os Estados-membros; a prevalência das políticas à definição de arquitecturas meramente institucionais, quaisquer que sejam; e a defesa de uma Europa sem directórios, democrática, solidária e plural.

Estas razões são, a nosso ver, decisivas para preservar o equilíbrio, de forma a aprofundar e alargar o processo da construção europeia, criando uma Europa justa para com todos os Estados europeus, quer no processo de integração quer no processo de uma eventual adesão.

De igual forma, Portugal deve aproveitar esta oportunidade para se afirmar ainda mais no contexto internacional. Acresce que uma das prioridades já anunciadas pela presidência tripartida Alemanha/Portugal/Eslovénia é a realização da segunda Cimeira União Europeia/África. Resta congratularmo-nos por esse facto e realçarmos que a mesma deve constituir uma prioridade para Portugal, para além de ser um importante momento para dar um impulso à área, prioritária, da imigração, como referimos. Mas também noutras áreas realçamos a importância que julgamos que aquela Cimeira poderá assumir em aspectos como a promoção dos direitos humanos, a mediação de conflitos militares locais e periféricos e o reforço da cooperação económica com estes Estados, que deve ser encarada não só numa perspectiva de apoio humanitário, que é também necessário, mas com maior ambição, como investimento em Estados que, uma vez estabilizados, serão também eles, com certeza, mercados emergentes e prioritários para a União Europeia.

Para esta oportunidade, para afirmação da vocação atlântica mas também europeia de Portugal no mundo, consideramos que há que reforçar as relações preferenciais com países com os quais partilhamos a mesma língua e uma parte da história comum, que importa reforçar o necessário impulso ao processo de reconhecimento de Cabo Verde como parceiro especial da União Europeia, o que constitui uma antiga aspiração deste Estado e certamente seria um reforço da afirmação geopolítica de Portugal.

O Sr. **António Carlos Monteiro** (CDS-PP): — Muito bem!

O **Orador**: — A propósito da língua, e quando muitos falam na sua defesa, gostaríamos de saber em que fase se encontra o reconhecimento do Português como «língua europeia de comunicação universal», o que nos parece da mais elementar justiça, tendo em atenção que é uma das línguas da União Europeia com essa característica universal de ser falada em vários continentes.

Gostaríamos de ver uma posição mais afirmativa por parte do nosso Governo em defesa do Português.

São matérias de interesse nacional mas, a nosso ver, também de interesse europeu. Por isso, não podemos, nem devemos, perder a exacta noção da importância do papel que Portugal pode e deve desempenhar, sem nacionalismos excessivos, mas também sem humildade desnecessária.

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Honório Novo.

O Sr. **Honório Novo** (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este debate, que ocorre num contexto de mais possibilidades de intervenção do Parlamento, introduzidas pela nova lei de acompanhamento, motivou o Partido Comunista Português a apresentar um projecto de resolução que está hoje também em discussão. Com ele, pretendemos que a Assembleia da República aprove um conjunto de recomendações para que o Governo as considere prioridades do programa da presidência portuguesa da União Europeia.

Com o nosso projecto de resolução, damos assim corpo à nova Lei n.º 43/2006, de 25 de Agosto — na prática e não na retórica, Sr. Deputado Armando França.

Naturalmente, não apresentamos propostas em todas as áreas de actuação, objectivo que não é, compreensivelmente, o que pretendemos alcançar neste momento. No entanto, sem prejuízo das nossas posições sobre matérias não abordadas, que serão anunciadas no momento adequado e perante a formulação concreta de propostas, entendemos ser útil clarificar, desde já, posições sobre algumas questões relevantes que, interessando a Portugal, interessarão certamente a todos os povos dos Estados-membros da União Europeia, na sua actual formulação.

Sem prejuízo de termos percebido, pela voz autorizada do Sr. Ministro, que o Estado-Maior Militar da União Europeia é, pelos vistos, um grande avanço da construção europeia, embora seja completamente desconhecido de todos os portugueses, o que não importa para a retórica do Sr. Deputado Armando França, vamos insistir, em primeiro lugar, na clarificação da posição de Portugal quanto à reforma dos tratados.

Não é possível insistir num texto que não pode entrar em vigor, não é admissível tentar recuperar as ideias e orientações centrais de um texto que, tendo sido rejeitado por voto popular em dois Estados-membros, não pode, à luz do texto dos actuais tratados que a todos obriga, prosseguir o seu processo de ratificação. Não há ratificação de tratados por maioria qualificada — felizmente, Sr. Deputado Mário David!

É esta a clarificação que se exige que o Governo português incorpore no programa da presidência portuguesa da União Europeia, uma clarificação que não pactue com operações de pressão organizadas em torno de reuniões parcelares, como a que está prevista para Madrid, envolvendo apenas os Estados-membros que ratificaram a proposta do texto designado por tratado constitucional.

É esta a posição que melhor contribui para retirar dos gabinetes e dos laboratórios jurídicos o «negócio» da recuperação de um texto juridicamente morto e que, objectivamente, se pode traduzir no total desrespeito pela vontade popular e pela letra do actual tratado institucional em vigor.

Em segundo lugar, no projecto de resolução que apresentamos, entendemos ser altura de introduzir na agenda política a alteração da forma de funcionamento do Banco Central Europeu (BCE). É lamentável, registado, que o Sr. Ministro não tenha tido a coragem de responder à pergunta que lhe fiz sobre esta matéria.

O BCE não pode continuar a agir ao arrepio da economia e do emprego, em particular, das economias mais dependentes e periféricas dos Estados-membros da União Europeia.

O BCE não pode continuar a decidir aumentos de taxas de juro, agravando a situação das famílias e comprometendo o desenvolvimento dos países.

O BCE tem que privilegiar a criação de condições para o crescimento económico rápido da zona euro e de toda a União Europeia.

O BCE tem que, sem perda da sua independência, passar a reger-se por orientações gerais previamente definidas e estar disponível para o escrutínio político do respectivo cumprimento.

E para que isto suceda não basta aplaudir, ou subscrever em retórica ou em discursos, Sr. Deputado Armando França, o que sobre a matéria disse recentemente uma candidata às eleições presidenciais francesas. É preciso agir em conformidade e inscrever o tema (pelo menos, inscrevê-lo) na agenda política da presidência portuguesa da União Europeia.

Em terceiro lugar, é absolutamente determinante para os Estados-membros de economia mais periférica, ou para todos os países com graus inferiores de desenvolvimento, promover uma actualização do texto do Pacto de Estabilidade e Crescimento (PEC).

Apostar na coesão económica e social significa adoptar critérios de maior flexibilidade para os países de economia mais débil, excepcionando investimentos produtivos, em formação e investigação ou mesmo em certas despesas sociais para aqueles que têm de progredir mais depressa para convergir — por cima e não

por baixo — com a média europeia e com os mais elevados padrões de qualidade de vida.

O Sr. **Bernardino Soares** (PCP): — Muito bem!

O **Orador**: — Por último, é determinante que Portugal inclua algumas perspectivas concretas em temas que estão agendados de forma vaga na agenda da presidência portuguesa. Trata-se de definir balizas para os debates e ulteriores decisões ou de introduzir aspectos e assuntos que aparentemente estariam «a leste» dos objectivos originários. É o caso da política marítima, onde, quanto a nós, tem que, desde já, ser obrigatoriamente introduzido o conceito de soberania relativamente às zonas económicas exclusivas e formuladas orientações que atribuam primazia à rentabilização global dessas águas e respectivos leitos e que definam soluções para as questões de segurança, de fiscalização e de salvamento nas zonas económicas exclusivas.

Paralelamente, a presidência portuguesa deve recolocar em agenda o tema das regiões ultraperiféricas, não do ponto de vista institucional mas do ponto de vista das políticas concretas, adaptadas de forma permanente (e não transitória ou regressiva) a essas regiões (designadamente, políticas de transporte, de abastecimento e serviços, de ajudas públicas e concorrência e de critérios de aplicação de fundos estruturais ou de coesão).

Noutro plano, é sabido que, durante a presidência portuguesa, vão ocorrer alterações às Organizações Comuns de Mercado de determinados produtos agrícolas, que interessam, de forma muito especial, ao nosso país, designadamente do vinho e dos produtos hortofrutícolas. Seria inaceitável, Sr. Ministro, que o Governo não se dispusesse a, desde já, incluir, como pano de fundo dessas alterações, perspectivas tendentes a corrigir as desigualdades e injustiças na distribuição dos apoios por países, culturas e agricultores, ou a impedir que continuem a aprofundar-se os mecanismos de liberalização da regulamentação da respectiva produção e comércio, com prejuízos irreparáveis nas produções europeias.

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: A aprovação do projecto de resolução apresentado pelo PCP é, quanto a nós, o melhor contributo político que a Assembleia da República pode dar para uma presidência portuguesa que, tendo em conta os interesses nacionais, terá também como perspectiva central a defesa dos interesses de todos os Estados-membros que integram a União Europeia.

A introdução na agenda política do debate em torno da reformulação do BCE, da revisão do PEC, de uma reforma institucional que respeite a igualdade entre países e povos e impeça a subordinação a uma lógica expansionista da União Europeia, e a introdução de questões e perspectivas concretas para a resolução de problemas específicos de interesse genérico — que o são também de Portugal — são uma mais-valia inestimável para o êxito da presidência portuguesa.

Assim, os Srs. Deputados — todos os Srs. Deputados — manifestem interesse em contribuir positivamente para esta presidência.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr.^a Deputada Heloísa Apolónia.

A Sr.^a **Heloísa Apolónia** (Os Verdes): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Neste debate sobre assuntos europeus, Os Verdes gostariam de abordar três matérias que consideram profundamente preocupantes e que são bem reveladoras do caminho perigoso que se prossegue na União Europeia.

A primeira dessas matérias prende-se com o tratado constitucional europeu, cuja aprovação requeria unanimidade, não a tendo obtido devido aos «não» da França e da Holanda.

O debate que se está a travar, actualmente, nas instituições europeias dá bem conta, até do ponto de vista do desrespeito pela democracia e pela decisão dos povos, do rumo que se segue nesta União Europeia. A França e a Holanda disseram «não» e, automaticamente, inviabilizaram o tratado constitucional europeu. Um mínimo de seriedade levaria a que os defensores daquele texto constitucional questionassem a razão de ser dessa rejeição, questionassem o que levou aqueles povos a rejeitar aquele documento. E um mínimo de seriedade requeria que repensassem formas de alterar profundamente o caminho que tinham traçado.

Mas não é isso que está a questionar-se a nível europeu. O debate que se faz, neste momento, é baseado na seguinte ideia: construímos este caminho, consubstanciámos esse caminho naquele texto e é preciso prosseguir-lo. Como levar, então, aqueles que disseram «não» a dizer «sim» a este caminho que nos recusamos a alterar?

Ora, é este o passo que a presidência alemã se propõe iniciar e que a presidência francesa, em 2008, se propõe encerrar.

A declaração de Berlim, em Março deste ano, que assinalará os 50 anos do Tratado de Roma, vai ser o primeiro passo para requisitar esse novo instrumento, rejeitado por povos da União Europeia, prevendo-se, em Junho, o lançamento de uma declaração que vai relançar o processo da constituição europeia.

Mas outros passos estão a ser dados nesse caminho. Por exemplo, a aprovação da Directiva Bolkens-

tein, no final do ano passado, que regulamenta a liberalização do sector dos serviços, reduz a capacidade de os Estados regularem e fiscalizarem as empresas que prestam serviços nos seus territórios, promove a desregulação laboral e baseia as formas de contratação nos países com menores direitos sociais e ambientais e transforma os serviços de interesse público em verdadeiros serviços de interesse económico, regulados pela lei do mercado, com o enfraquecimento evidente dos direitos dos consumidores.

Ou seja, estão a impor-se políticas e medidas que estavam inscritas na constituição europeia (a qual foi rejeitada), que, de resto, estiveram na base do «não» à constituição europeia e que, agora, a União Europeia, por outras vias, está a impor. Assim, daqui a algum tempo, dir-se-á «mas tudo o que está inscrito naquele texto constitucional já está aplicado!» — e a conclusão até parece óbvia, mas é contrária à vontade dos povos. Isto é tudo menos o respeito pela democracia e pela soberania dos povos.

A segunda matéria que Os Verdes gostariam de focar prende-se com o já célebre conceito da *flex security*, que, em português, afinal, não se traduziu para flexigurança, mas, sim (e parece que já está generalizada a tradução), para flexissegurança — repare-se na «segurança», que aparece na totalidade da palavra (e, se calhar, não por acaso) para sublinhar aquilo que este conceito tem de menos.

A ideia da União Europeia é que o processo da sua definição e implementação esteja concluído na presidência alemã, com propostas de aplicação concretas. Por detrás de um conceito que se quer fazer passar por muito inovador, encontra-se um instrumento que nos remeterá ao século XIX, no que diz respeito ao enfraquecimento da posição do trabalhador e à concentração do poder absoluto nas mãos do empregador — é garantir a total flexibilidade do trabalho em favor do empregador, deixá-lo fazer o que bem entender com a força do trabalho, despedir a seu bel-prazer de acordo com os ciclos que bem entender, reduzir salários e tanto mais.

A segurança, essa, reside tão-só no esforço que os serviços do Estado procurarão fazer para garantir a rotatividade dos trabalhadores no mercado de trabalho, o que pode significar, para esses trabalhadores, desemprego, trabalho precário e salários sempre inferiores, num ciclo que rodará ao sabor das vontades das entidades patronais.

É a desregulação laboral total — e o Governo português já se disse adepto da concretização deste instrumento.

A terceira matéria que Os Verdes gostariam de abordar neste debate prende-se, evidentemente, com as questões energéticas. Em relação a esta matéria, muito fogo de vista, muitas metas traçadas, metas igualmente em risco e um comércio europeu de emissões que já deu provas de não garantir objectivos de redução, mas meramente de transferência de quotas de poluição. Entretanto, novas metas traçadas: reduzir o consumo de energia em 20% até 2020; cortar nas emissões de CO₂ em 30% até 2020; enfim, tudo objectivos muito meritórios, assim sejam conseguidos.

O facto real, entretanto, é que, no sector da energia, há dois tipos de aposta. A primeira consiste em completar a liberalização do sector energético e em institucionalizar o mercado europeu de energia. Daqui resultarão, evidentemente, preços exorbitantes para os consumidores — e os portugueses, como sabemos, vão tendo conhecimento do que isso significa na prática —, com a garantia de lucros igualmente exorbitantes para as empresas do sector.

O segundo tipo de aposta é o nuclear. A União Europeia já demonstrou que não é apertada relativamente à matéria do nuclear. A União Europeia faz uma valorização da energia nuclear no seu dito «mix» energético, minimizando questões de segurança do transporte dos resíduos, dos custos de construção e desmantelamento das centrais nucleares e da própria importação do urânio. A União Europeia financia o nuclear, e isso está patente no Sétimo Programa-Quadro de investigação e desenvolvimento tecnológico.

Ora, face a este posicionamento da União Europeia, aquilo que ela está, desde já, a reconhecer é a falta de investimento real e eficaz que tem promovido em torno das energias renováveis, ao nível a que chegámos no presente, ao nível global, de produção de energias renováveis, ao nível do ano de 2000. Portanto, como se vê, não avançámos tão extraordinariamente nesta matéria.

Mas, por outro lado, esta União Europeia também nesta matéria se demonstra bem afastada dos cidadãos. É que o último Eurobarómetro que estudou a vontade dos cidadãos nesta matéria demonstrou que 88% dos cidadãos dos diferentes Estados da União Europeia não defendem o desenvolvimento da energia nuclear e, relativamente aos portugueses, 95% não apostam no desenvolvimento da energia nuclear.

Ora, o que é que tivemos como declaração do Governo, ontem? O Sr. Secretário de Estado da Economia, num seminário sobre energia, declarou abertamente que o Governo está aberto a uma resposta relativamente ao nuclear, que pode cair no «sim» ou no «não» para Portugal, demonstrando claramente que põe a hipótese do recurso ao nuclear em Portugal.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, aquilo que se pode verificar no âmbito daquilo que referi, e como conclusão desta intervenção de Os Verdes, é que temos uma União Europeia cada vez mais afastada dos cidadãos, cada vez mais autista e cada vez mais contribuinte directo para os problemas globais e concretos dos povos dos países da União Europeia. Isto é, evidentemente, preocupante, na nossa perspectiva, e tem de ser claramente denunciado, custe o que custar!

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Luís Fazenda.

O Sr. **Luís Fazenda** (BE): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Há uma sensação de vazio no final deste debate. Isso deve-se não ao mérito da lei que ora o enquadra, mas ao facto de a política europeia ser conduzida sob um certo secretismo, que não pode ser confundido com arte comercial. Aqui a história é outra: é que, em política europeia, «o segredo é a alma do negócio europeu». E, independentemente do relatório da presidência alemã sobre a continuidade ou não do «moribundo» tratado constitucional europeu, questionamos o Governo, mas o Governo não nos adianta nem balizas, nem pontos cardeais da sua actuação. É o silêncio, é o vazio!

Prosseguirá a existência deste tratado ou não? Deixá-lo-á «cair»? Está dependente de alguns pequenos incidentes e acidentes de percurso, como a situação política interna na França, no Reino Unido, até em outros países? Portanto, nada, absolutamente, nada a dizer... Esperar, cruzar os braços e estar atento. Fazer uma gestão realista política do que se vai suceder.

Vozes do BE: — Muito bem!

O **Orador**: — Portanto, não há opinião política da parte do Governo. O que há é uma «navegação à vista». Qual é a «carta de navegação»? Bem podem as várias bancadas perguntar, porque ela não é do conhecimento geral.

Mas esse segredo, como alma do negócio europeu, invade, na área da presidência portuguesa da União Europeia, aquilo que — tudo se prefigura como tal — venha a ser o distintivo principal dessa presidência europeia: a já falada, possível, eventualmente concretizável, cimeira social extraordinária que vai ter a flexissegurança — já agora, melhor neologismo do que flexigurança —, bem como a directiva do tempo de trabalho e as orientações que daí decorrem como pano de fundo, ou seja, como «toque de clarim» para dismantelar os últimos vestígios do mercado de trabalho regulado em toda a Europa.

Na Estratégia de Lisboa, que a anterior presidência portuguesa aprovou, também lá estava um conjunto de orientações acerca do envelhecimento activo, da alteração das condições do Estado social, da degradação das pensões de reforma em toda a Europa. E nós temos vindo a constatar que, ao longo destes anos, os vários Estados-membros têm vindo, por vias diversas, a materializar esse programa ultraliberal.

O Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, quando nos diz aqui, acerca da competitividade, que há novos *players* globais e que é preciso que a Europa se convença de que tem de trabalhar numa base de concorrência com esses novos quadros, faz unicamente o discurso liberal! Não se lembra, sequer, de falar da regulação dessa globalização, das condições de protecção social — isso é absolutamente inexistente no seu discurso!

Vozes do BE: — Bem lembrado!

O **Orador**: — Aliás, diga-se de passagem, isso é totalmente inexistente no discurso de todo o Governo e do Sr. Primeiro-Ministro!

Lisboa será provavelmente conhecida porque vai ser o ponto de partida de um novo assalto à desregulação do trabalho e das condições de trabalho, e era isso que poderíamos ter aqui debatido.

Qual é o compromisso do Governo? O Governo não pode ter duas «caras»: na frente interna, diz que não discute as leis de trabalho, porque está a preparar a sua revisão; na frente europeia, assume o mote, a directiva e a orientação da flexissegurança. Ora, isso é contradição e é uma actuação pouco democrática e pouco transparente da parte do Governo de Portugal.

Sr. Presidente, gostaríamos que, quando discutíssemos mais em detalhe o programa da presidência portuguesa, o Governo trouxesse propósitos claros e atitudes claras, coisa que, manifestamente, hoje aqui não assumiu.

Em matéria de política europeia, não nos podemos contentar com a existência de instrumentos que, eventualmente, poderiam levar a um maior escrutínio da parte desta Casa em relação à política europeia que o Governo português prossegue, mas que, na prática, são esvaziados, devido à atitude de não diálogo, de não debate, de não informação por parte do Governo. Porque, Sr. Ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, monólogos justapostos nunca chegaram a ser diálogo nenhum.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Tadeu Morgado.

O Sr. **Jorge Tadeu Morgado** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Durante os próximos três semestres, e pela primeira na história da União, existirá um programa comum para a Presidência do Conselho da União Europeia.

Este facto, por si só, proporcionará à União uma maior estabilidade quanto aos objectivos políticos predefinidos e a prosseguir pelos três Estados-membros que assumem a presidência, pelo que julgamos ser

este um importante passo para o processo de aprofundamento institucional da União.

Deste vasto programa comum às presidências alemã, portuguesa e eslovena, que é público, com o qual concordamos, e, mais concretamente, no que se refere às prioridades da presidência portuguesa, gostaríamos neste momento final do debate, apenas, de destacar quatro matérias.

Em primeiro lugar, esperamos que após o fim da discussão pública sobre o «livro verde» relativo à futura política marítima da União, que ocorrerá em Junho próximo, Portugal, durante a sua presidência, possa estar em condições de anunciar, aquando da inauguração das novas instalações da Agência Europeia de Segurança Marítima, que terá sede aqui, na nossa capital, e ocorrerá no próximo Outono, as bases para a nova política marítima europeia.

Em segundo lugar, pensamos que a anunciada Cimeira União Europeia/África, a ocorrer previsivelmente em Dezembro próximo, no nosso país, poderá ter um papel importante para uma maior aproximação dos nossos dois Continentes. Tal como há séculos, Portugal poderá, mais uma vez, funcionar como «ponte» entre a Europa e a África, reencontrando-se com a sua História, e agindo pró-activamente no reforço das relações diplomáticas e comerciais entre a União e, sobretudo, com os países africanos que não fazem parte do grupo Euromed (Conferência Euro-Mediterrânea de Ministros do Ambiente).

O Sr. **António Montalvão Machado** (PSD): — Muito bem!

O **Orador**: — Em terceiro lugar, para afirmar que esperamos avanços no que diz respeito a uma maior harmonização entre as políticas de imigração e de integração nos diversos Estados-membros, reforço do FRONTEX (Agência Europeia de Fronteiras), e uma maior atenção às políticas de ajuda ao desenvolvimento, orientadas principalmente para os países de destino e de trânsito dos emigrantes.

E, finalmente, em quarto lugar, perspectiva-se que em Abril seja apresentada uma proposta de regu-lamento do Conselho relativa à revisão da Organização Comum de Mercado do sector vitivinícola, depois de, em Junho passado, termos conhecido a intenção da Comissária Mariann Fischer Boel sobre esta matéria. A proposta inicial da Comissão merece a nossa total desaprovação e será alvo, previsivelmente, nos dois próximos meses, de um acompanhamento mais aprofundado por parte deste Parlamento, mais concretamente na Subcomissão de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas, através da realização de audições aos diversos agentes do sector e ao Governo.

Sobre as perspectivas para 2007, no que diz respeito à condução dos destinos da União, muito mais haveria a dizer, nomeadamente sobre a avaliação da implementação da Estratégia de Lisboa renovada, sobre o novo pacote de medidas no âmbito da política energética, recentemente apresentado, ou sobre outras matérias já aqui referenciadas pelos meus colegas de bancada. Infelizmente, o tempo não o permite.

Pensamos, contudo, pela escolha dos temas que efectuámos, ter contribuído para o aprofundamento do debate, em termos de política europeia, que se seguirá nesta Assembleia ao longo do ano, no âmbito do plano de trabalho das comissões permanentes especializadas.

Antes de concluir, gostaríamos apenas de afirmar que consideramos que a presidência portuguesa da União representa uma grande oportunidade para uma maior afirmação do nosso país junto dos nossos parceiros comunitários e, mesmo, em termos internacionais, que, esperamos, não seja desperdiçada. Por isso mesmo, por Portugal, faço votos para que o Governo, na Presidência do Conselho da União Europeia, obtenha um nível de *performance* bem mais elevado — e sublinho! —, bem mais elevado do que na governação do País!!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — O último orador inscrito para intervir neste debate é o Sr. Deputado Armando França, a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Armando França** (PS): — Sr. Presidente, Srs. Ministros, Sr. Secretário de Estado, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Nós consideramos que este debate é um debate importante, indispensável e que deve, obviamente, continuar. Apetece-me dizer «Bem-vindo ao debate», sobretudo para todos aqueles que até agora se arredaram dele. Esta discussão é a prova provada de que todos estão interessados na continuação do debate sobre as questões europeias que desejamos.

Queria deixar uma nota sobre o tratado constitucional. Gostaríamos de lembrar aos Srs. Deputados que, segundo resultados das sondagens do Eurobarómetro, três em cada quatro europeus querem uma política de defesa comum. Sr. Deputado Honório Novo, dois terços dos europeus querem uma política externa comum e dois terços dos Estados-membros já ratificaram o tratado. A maioria dos europeus e a grande maioria dos portugueses querem uma união política! Nós confiamos na presidência portuguesa, na nossa experiência, no saber dos nossos diplomatas, dos nossos técnicos e dos nossos governantes e estamos convictos de que vamos ganhar uma oportunidade.

Aliás, Portugal já ganhou e marcou a agenda quando fez passar a ideia da necessidade de realização

da cimeira União Europeia/África. Esse é um marco importante e é um primeiro sinal de que a nossa presidência será, certamente, uma oportunidade que irá ser ganha. Essa presidência, aliás, tem a sua agenda divulgada, pois está publicada nos jornais, está presente na opinião pública e hoje foi aqui explicada pelo Sr. Ministro.

Sr. Ministro, nós confiamos na acção do Governo português e de todos os agentes que se envolvem em matéria de assuntos europeus. Confiamos igualmente na serenidade de V. Ex.^a, na persistência do Governo e numa acção frutuosa. Quanto a nós, parlamentares, pode ter a certeza de que faremos a nossa parte.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, no final deste debate gostava de sublinhar que continuaremos o diálogo com o Governo na preparação e durante a presidência portuguesa, quer em Plenário quer com a Comissão de Assuntos Europeus e outras comissões.

Temos já organizadas cinco reuniões da Assembleia da República com os Parlamentos dos países da União Europeia e o Parlamento Europeu durante a presidência portuguesa no âmbito do processo COSAC, ou seja, conferência de organismos especializados em assuntos europeus dos parlamentos nacionais dos países-membros da União Europeia. Haverá uma ao nível da Comissão de Assuntos Europeus, outra ao nível da 1.^a Comissão, para tratar de assuntos de justiça e de assuntos internos, outra ao nível da Comissão de Orçamento e Finanças para abordar o tema das futuras perspectivas orçamentais da União, outra ainda ao nível da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e, finalmente, outra ao nível da Comissão de Defesa Nacional. Serão cinco reuniões internacionais organizadas pela Assembleia da República durante a presidência portuguesa.

Além disso, haverá as reuniões do Parlamento Europeu com os Parlamentos nacionais co-presididas pelo Parlamento Europeu e pelo Parlamento português. Já escrevi inclusivamente ao Presidente Poettering a felicitá-lo pela sua eleição e a acentuar a necessidade de rapidamente fixarmos a data dessas duas reuniões, para além das reuniões de comissões do Parlamento Europeu que normalmente são abertas à participação dos Parlamentos nacionais.

Está também em aberto um convite ao Presidente da Comissão Europeia para se dirigir aos parlamentares portugueses na Assembleia da República ainda antes da presidência portuguesa.

A Comissão de Assuntos Europeus prepara também uma deslocação institucional a Bruxelas para contactos com o Conselho, Comissão, Parlamento Europeu, Conselho Económico e Social e Comité das Regiões.

Portanto, há um empenhamento grande da Assembleia da República no seu nível de responsabilidade institucional durante este período da presidência e isso tem vindo a ser devidamente preparado.

Srs. Deputados, a próxima reunião realiza-se amanhã, quinta-feira, às 15 horas, e do período da ordem do dia consta o debate da interpelação n.º 9/X — Sobre políticas de saúde (PCP). Haverá votações no final do debate.

Está encerrada a sessão.

Eram 17 horas e 30 minutos.

Srs. Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS):

Alberto Arons Braga de Carvalho
Ana Maria Ribeiro Gomes do Couto
João Barroso Soares
Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
Nuno André Araújo dos Santos Reis e Sá
Rita Susana da Silva Guimarães Neves

Partido Social Democrata (PSD):

Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
António Paulo Martins Pereira Coelho
Domingos Duarte Lima
Duarte Rogério Matos Ventura Pacheco
Emídio Guerreiro
Henrique José Praia da Rocha de Freitas
Jorge José Varanda Pereira
José Luís Fazenda Arnaut Duarte
Luís Álvaro Barbosa de Campos Ferreira

Luís Filipe Montenegro Cardoso de Moraes Esteves
Luís Miguel Pais Antunes
Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
Paulo Artur dos Santos Castro de Campos Rangel
Pedro Augusto Cunha Pinto
Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
Vasco Manuel Henriques Cunha

Partido Comunista Português (PCP):

Maria Odete dos Santos

Partido Popular (CDS-PP):

Paulo Sacadura Cabral Portas

Srs. Deputados não presentes à sessão por se encontrarem em missões internacionais:

Partido Socialista (PS):

António Ribeiro Gameiro
José Carlos Correia Mota de Andrade

Partido Social Democrata (PSD):

Feliciano José Barreiras Duarte

Partido Comunista Português (PCP):

Abílio Miguel Joaquim Dias Fernandes

Partido Popular (CDS-PP):

João Nuno Lacerda Teixeira de Melo

Srs. Deputados que faltaram à sessão:

Partido Socialista (PS):

José Carlos Bravo Nico
Maria Isabel Coelho Santos
Maria Manuel Fernandes Francisco Oliveira
Nuno Mário da Fonseca Oliveira Antão
Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
Umberto Pereira Pacheco

Partido Social Democrata (PSD):

Adão José Fonseca Silva
Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
Melchior Ribeiro Pereira Moreira

Partido Comunista Português (PCP):

Francisco José de Almeida Lopes
Jerónimo Carvalho de Sousa

DIVISÃO DE REDACÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL